



Universidade Católica Portuguesa

Centro Regional de Braga

Os Limites e o Valor da Democracia em Raul Proença

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica
para a Obtenção do Grau de Mestre em **Filosofia**,
especialização em **Ética e Filosofia Política**

Nuno Manuel Gomes de Carvalho Abreu



FACULDADE DE FILOSOFIA

SETEMBRO DE 2012

Agradecimentos

Apesar da elaboração desta dissertação de mestrado ter passado sobretudo pelo meu trabalho solitário de investigação e reflexão, não deixa de reunir também um conjunto de contributos importantes, sem os quais este desafio se tornaria mais difícil de ser ultrapassado.

Por isso, quero agradecer: ao meu orientador, Professor Doutor José Gonçalves Gama, pela sua total disponibilidade, pelo acompanhamento atento e pela forma ímpar como conduziu a elaboração desta dissertação;

à minha companheira de todas as horas, Armanda, pela paciência, apoio e amor;

à minha família, nomeadamente os meus pais, Salomé e Manuel, pelo apoio incondicional, não só durante a elaboração desta dissertação, mas também ao longo de toda a minha curta existência. Também à minha tia Túlia pela disponibilidade e pelo afecto, e ao meu tio, que carinhosamente chamo Zé, pela amizade e partilha, atenção e generosidade.

Por fim, quero agradecer a todos os amigos e amigas e a todas as pessoas com quem me cruzei e que de alguma forma contribuíram para fazer de mim aquilo que sou hoje.

Resumo

O presente trabalho versa sobre o pensamento político de Raul Proença, ou melhor, sobre a reflexão acerca da democracia feita pelo autor. Homem de espírito combativo, sempre se posicionou nas fileiras daqueles que lutam por uma sociedade mais justa e mais humana.

Para desenvolver o objectivo citado, começámos por fazer uma incursão nas suas principais influências político-filosóficas. Para tal, colocámos em relevo a indelével marca da geração de 70 e da sua figura de proa, Antero de Quental. Não menos importante foi também a contundente influência de Teófilo Braga. Destacámos ainda o aparecimento da revista *Seara Nova*, na qual Proença teve um papel preponderante enquanto fundador e colaborador activo.

Seguidamente, a nossa análise centrou-se no seu pensamento político, evidenciando, numa primeira fase, os problemas da república, para numa segunda, colocar ênfase no valor da mesma. Neste capítulo pensamos ter ficado claro que o autor, verdadeiro democrata, nunca se conformou perante as injustiças e a desorganização social, aspirando sempre a uma sociedade menos desigual que garantisse a igualdade de oportunidades aos seus membros.

Ficou reservado para a última parte desta dissertação a clamorosa actualidade do pensamento de Raul Proença, sem esquecer o sentido da democracia nos dias de hoje.

Palavras – chave: Democracia; Política; República; Igualdade; Sociedade; Actualidade.

Abstract

This report is about the political thought of Raul Proença, or better, about the author reflection on democracy. A man of a fighting spirit, he always positioned himself with those who fight for a more just and a more human society.

To develop the quoted objective, we tried to find out about his main political-philosophical influences. For that, we focused on the indelible mark of the generation of the 70's and its prominent figure, Antero de Quental. Not less important was also the striking influence of Teófilo Braga. We also highlighted the appearance of the magazine *Seara Nova*, in which Proença had a remarkable role while founder and active collaborator.

Next, our analysis was centered on his political thought: in a first phase stressing the problems of the republic, and in a second one emphasizing its value. In this chapter we think it became clear that the author, a true democrat, never conformed with the injustice and social disorganization, always wishing a less unfair society, which could guarantee the equality of opportunities to its members.

The last part of our dissertation was reserved to the highly current thought of Raul Proença, without forgetting the meaning of democracy nowadays.

Keywords – Democracy; Political; Republic; Equality; Society; Nowadays

Índice

Agradecimentos	
Resumo/Abstract	
Introdução.....	5
Capítulo I: As influências no pensamento de Raul Proença.....	8
- O ambiente sociocultural e político na Europa e em Portugal aquando do aparecimento da Geração de 70	9
- Os Ideais da Geração de 70 e as Conferências do Casino Lisbonense.....	12
- O Socialismo de Antero de Quental	14
- A Influência de Teófilo Braga	17
- O ambiente político-cultural do início dos anos vinte e o surgimento da Seara Nova.....	21
- A concepção de ser humano e “A acção idealista no mundo real”	27
Capitulo II: O pensamento político de Raul Proença.....	30
1 – <u>O Problema capital da República</u>	31
- Os partidos Políticos, o sufrágio universal e a opinião pública.....	31
- As injustiças e o problema da Corrupção	39
- Crítica ao Integralismo Lusitano.....	43
- Crítica à Ditadura e à Revolução.....	47
- A Questão da Educação e as verdadeiras necessidades da pedagogia	50

<u>2 - A realização social da República</u>	53
- A Igualdade Social e a Liberdade Social	53
- Respeito pela hegemonia do espírito e pela liberdade humana.....	58
- A consciência supranacional.....	61
- A evolução dos fins da Democracia e a Ética da Cultura.....	66
- A revolução espiritual e as elites como forma de salvação nacional	70
- Capítulo III: A Actualidade do pensamento de Raul Proença	73
- <u>O sentido da Democracia Hoje</u>	74
- O Igualitarismo e a questão da Justiça.....	80
- Os partidos políticos e o mau funcionamento das instituições democrática.....	84
- A Consciência Supranacional.....	87
- A Revolução espiritual e a crise de valores	90
Conclusão.....	94
Referências Bibliográficas	97

Introdução

A presente dissertação visa reflectir sobre o pensamento político de Raul Proença. Homem multifacetado que, para além de intelectual político, foi também jornalista, professor, pensador e bibliotecário, sendo, aliás, sobejamente reconhecido em cada um desses papéis. O porquê da escolha deste autor, de personalidade ímpar, prende-se com o facto de considerarmos que, nos dias em que vivemos, a obra política de Raul Proença reveste-se de uma clamorosa actualidade, dada a desorientação moral e ideológica a que assistimos.

Para que seja possível uma compreensão mais abrangente do seu pensamento político, dividimos esta dissertação em três capítulos distintos, embora complementares.

No que ao primeiro capítulo diz respeito, analisaremos as influências no pensamento do autor, nomeadamente a contundente marca da Geração de 70, geração de intelectuais e escritores, onde se destacavam nomes como Eça de Queiroz e Antero de Quental, figura cimeira do movimento. Tinha este como linha orientadora o escopo de tentar uma verdadeira revolução artística e cultural, num país apático, que não acompanhava a criatividade que permitiu alargar horizontes por toda a Europa, num tempo de grande metamorfose.

Iremos constatar o quanto e como as ideias políticas de Antero terão influenciado o pensamento de Proença. Defensor do socialismo, na esteira de Proudhon, considerava que a resolução dos problemas políticos teria inevitavelmente que passar por uma tarefa de moralização, fundada na bondade humana e que aspirasse a uma conversão ética das consciências. Acresce o facto de Antero defender, em termos políticos, como aliás o fará Proença, o federalismo, só alcançável através da educação das mentalidades e do aprofundamento do ideal de fraternidade.

Outra preponderante marca no pensamento de Proença, que não poderíamos deixar passar em claro, foi a de Teófilo Braga e que se fez sentir principalmente nos anos da sua juventude. Teófilo Braga foi entre nós o principal seguidor e defensor das teses do comtismo, que assentavam na crença de um optimismo alicerçado no triunfo da razão. Tal como Antero, também ele, defendia o federalismo de modo a inverter a apatia mental que assolava o país.

Numa fase posterior, mais amadurecida, Proença afasta-se do até então seu mestre, questionando a corrente defendida por ele, ao constatar que o positivismo é demasiado redutor, na medida em que considera que para esta corrente filosófica o

único critério de verdade era o experimental, o que submetia o conhecimento humano ao conhecimento sensível, tolhendo na opinião de Proença a liberdade e a capacidade criadora do ser humano. Assim, enveredou por um espiritualismo racionalista, defendendo que o homem, mais do que matéria, já que também constituído por espírito, possui um elevado pendor ético que lhe permite progredir, criar e recriar.

Ainda neste primeiro capítulo, abordaremos o surgimento da revista *Seara Nova*, que acontece numa época em que na Europa se viviam momentos conturbados, pairando na atmosfera os resquícios da Grande Guerra, que deixaram um rastro de violência, ódios irracionais e nacionalismos extremistas. Acresce a descrença no sistema parlamentarista a braços com uma crise económica e financeira gravíssima. É neste contexto também marcado por grandes transformações, no plano estético e cultural, que favoreceram a emergência de novos valores, que a revista toma como propósito a tarefa exigente da renovação das mentalidades.

No segundo capítulo deste trabalho, faremos uma incursão no pensamento político de Raul Proença, destacando dois aspectos: os limites da república e o valor da mesma.

Relativamente aos limites da república, debruçar-nos-emos sobre o modo de funcionamento dos partidos políticos e sobre a crítica feroz e lúcida, que o autor faz dos mesmos, centros nevrálgicos do nosso sistema parlamentar, que, para Proença, não são mais do que uma extensão da incapacidade criadora e dos vícios da população portuguesa. Por outro lado, opõe-se energicamente ao rotativismo doentio existente, não apresentando os partidos do poder diferenças substanciais de opinião e de execução políticas.

Abordaremos depois a crítica que Proença faz à sobrevalorização do sufrágio universal, discordando de Rousseau, por considerar que a vontade das maiorias, ou seja, a lei do número, menospreza a autonomia das consciências, considerando até ser este um dos maiores “vícios” da democracia.

De seguida, centraremos a nossa atenção na questão da opinião pública, pois para Proença era fundamental a existência de um órgão que fiscalizasse o exercício do poder político, para poder garantir o normal funcionamento das instituições democráticas. Sendo Proença um tenaz defensor da democracia, não deixou por isso de incluir nas suas reflexões a questão das injustiças praticadas pelo regime, opondo-se energicamente à incompetência e à corrupção, dois males por ele considerados nefastos, impeditivos de criar uma sociedade decente e organizada. Centraremos também a

atenção em questões não menos importantes, como a crítica ao integralismo lusitano e a educação, esta tida como fundamental para combater o atraso civilizacional em que o país estava mergulhado.

A segunda parte deste segundo capítulo procura debruçar-se sobre o valor da república. Raul Proença destaca os valores da igualdade e da liberdade, não como meras utopias irrealistas, mas sim como valores que deveriam concretizar-se e complementar-se na prática.

Iremos também tentar evidenciar qual a importância dada pelo autor a uma sociedade mais igualitária, fundada acima de tudo na justiça e não em qualquer tipo de privilégio. Defendia também a necessidade de uma consciência supranacional com a consequente defesa de valores universais, tão característicos das sociedades democráticas. No seguimento, apresentaremos o porque do grande valor dado à cultura e a uma política capaz de fazer chegar o livro às massas de modo a torná-las mais cultas, e assim fazerem melhor uso da liberdade. A nossa análise dará ainda atenção à realização social da república, destacando a necessidade que Proença dava ao desenvolvimento da mentalidade e à preparação cuidada das elites para poderem liderar o país.

Para o último capítulo fica reservada a consideração da importante actualidade do pensamento de Raul Proença, tendo em conta as evidentes fragilidades das modernas sociedades democráticas que denotam desintegração moral e uma grande turbulência ideológica.

Capítulo I

As influências no pensamento de Raul Proença

O ambiente sociocultural e político na Europa e em Portugal aquando do aparecimento da Geração de 70

Antes de nos debruçarmos sobre o pensamento do autor que nos propomos trabalhar, convém primeiro, por uma questão metodológica, de modo a tornar a abordagem ao pensamento de Raul Proença mais abrangente, tentar perceber a importância decisiva de algumas influências no seu pensamento. Ao tratarmos a questão dessas influências não podemos deixar de mencionar a indelével marca protagonizada pela Geração de 70.

O despoletar desta corrente de pensamento ocorreu numa época em que na Europa se viviam momentos de grande metamorfose em termos socioculturais¹ e, muito por força da evolução das condições técnicas que nos chegavam por via europeia, “a nação portuguesa na segunda metade do século XIX sofreu profunda renovação cultural e artística que no aspecto político haveria de culminar com a implantação da República.”²

Em virtude destas transformações que incluíam todas as dimensões da vida humana a que se assiste no findar do século XIX, podemos seguramente afirmar que este século representa uma “época criadora, conseguindo-se através de fenómenos e processos naturais o domínio científico.”³

Fruto de tantas descobertas no âmbito desse domínio, construíram-se por toda a Europa grandes infra-estruturas que permitiram um alargar de horizontes: abriram-se túneis, foram descobertos o telefone e a iluminação pública, assim como a navegação a vapor e o telégrafo. Em Portugal, “o acontecimento de maior vulto foi a abertura do caminho-de-ferro da Beira Alta que ligou Coimbra, primeiro centro cultural português,

¹ “ [N]o século XIX, os princípios da ciência e do progresso industrial foram, para além duma constante, uma indubitável marca de identificação e mudança. Paralelamente, a racionalidade que fundava a ordem industrial e burocrática com um peso excessivo e redutor começará a ser posta em causa. Doutrinas e filosofias de índole espiritualista começam também a ressurgir, tentando assim a filosofia conquistar um novo lugar.” NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007, p. 19.

² BRAGANÇA, António – *Lições de Literatura Portuguesa*. Porto: Ed. Livraria Escolar Infante, 1984, p. 191.

³ NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007, p. 19.

a Paris (1864),”⁴ sendo esta a via privilegiada para receber e acolher as últimas conquistas da ciência e da literatura.

Vivia-se num tempo em que se “[afirmava] a fé na ciência como última consequência de fé na razão que se havia iniciado com o Renascimento.”⁵ Para os novos ideais que então surgiram, contribuíram, fundamentalmente, o positivismo de Auguste Comte, o materialismo de Marx e Engels, o pensamento dialéctico de Hegel, a filosofia de Nietzsche, o evolucionismo de Darwin, Mill e Spencer⁶ ou ainda o socialismo utópico de Proudhon.

Apesar de na Europa se viverem momentos de jubilosa criatividade, Oliveira Martins definia Portugal como “o enfermo do ocidente”, e é neste contexto que emerge a Geração de 70, a qual, numa fase inicial, reconhecendo o atraso cultural em que estávamos mergulhados, procurou abalar as mentalidades na tentativa de acordar o país do sono profundo em que vivia.⁷

É o pensamento de Proudhon que influencia decisivamente Antero de Quental, figura cimeira desse grupo. “Foi na mocidade estudantil coimbrã, (...) que as novas ideias tiveram melhor eco. A poesia que vai surgir, subscrita por Antero de Quental e Teófilo Braga, dois estudantes daquele tempo, será francamente revolucionária. (...) A guerra vai fazer-se contra a falta de espontaneidade e, principalmente, contra a burguesia ordeira, constitucional e orgulhosamente lírica. Agora os poetas da geração nova serão pregoeiros de uma atitude filosófica e científica capaz de atender às infelicidades das pessoas e do indivíduo (...)”⁸

Acrescente-se a conjuntura internacional revolucionária, muito incentivada pela Comuna de Paris, que se caracterizou por ser o primeiro governo operário da história, fundado em 1871, na capital francesa, por ocasião da resistência popular ante a invasão alemã. Este feito histórico, aliado a uma profunda crise político-partidária então vivida em Portugal, que punha em causa a legitimidade do regime monárquico, foram determinantes no aparecimento na cena político-social da Geração de 70, que, de acordo

⁴ BRAGANÇA, António – *op. cit.* p. 191.

⁵ *Idem*, p.192.

⁶ Cfr. *Idem*, p. 193-194.

⁷ Cfr. SARDICA, José Miguel – *O século XX português*. Alfragide: Texto Editores, 2011, p. 13.

⁸ BRAGANÇA, António – *op. cit.* p.p 193-194.

com Antero de Quental, aqui citado por Celeste Natário, deveria “agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna” e estudar “as condições de transformação política, económica e religiosa na sociedade portuguesa.”⁹ Certamente as novas ideias não deixavam de se deparar com forte resistência à tentativa de as levar à prática, acompanhando as movimentações sociais, políticas e culturais que iam acontecendo na Europa, isto pela “específica idiossincrasia portuguesa, de certa forma hesitante entre um certo tradicionalismo e o avançar para rasgar novos horizontes, que constituem uma peculiar característica de identidade da forma de ser e de estar dos portugueses.”¹⁰

⁹ NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007, p. 25.

¹⁰ “Douglas Wheeler escreveu em tempos que os portugueses são «um povo de paradoxos», com «uma tendência para o auto-apagamento que combina de forma encantadora com o auto-engrandecimento».” - SARDICA, José Miguel – *O século XX português*. Alfragide: Texto Editores, 2011, p. 13.

Os Ideais da Geração de 70 e as Conferências do Casino Lisbonense

Geração de 70 foi o nome atribuído a um conjunto de intelectuais e escritores, que se afirmaram entre 1861 e 1871, impondo em Portugal um novo caudal de ideias e novos modelos literários vindos da Europa, que revestiram, então, o nosso país com aspectos de uma verdadeira revolução artística e cultural. Da Geração de 70 fazem parte Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, etc., tendo alguns deles participado na Questão Coimbrã e organizado as Conferências do Casino Lisbonense.

Uma vez que a Geração de 70 se constituiu à volta de interesses antes de mais literários, convém clarificar o que é em literatura uma *geração*. A esta questão, responde Álvaro Manuel Machado: “Claro que podemos responder de modos variados, no entanto, para sintetizar rapidamente é pertinente perguntar também, se geração não será antes o correspondente a uma espécie de *elite*? E não tenhamos medo da palavra. Ela é utilizada sem a relacionar directamente com uma hierarquia intelectual rígida. Diria simplesmente que não pode haver uma grande geração literária sem líderes, que serão sobretudo os que mais se interrogam sobre o acto da criação literária em si e nas suas relações com a história, quer a história nacional quer o significado da sua universalidade.”¹¹

Diz-nos António Manuel B. M. Pires que a Geração de 70, foi “um grupo de homens, em vários momentos diversamente reunidos, para contestarem e discutirem valores culturais mais ou menos assentes (teses históricas, correntes literárias, estados de mentalidade, padrões de educação), mas foi também uma problemática, uma atitude mental, uma interrogação sobre a identidade nacional”¹², pelo que “falar desta geração é também abstrair dos homens e das obras e encarar uma temática comum, uma enunciação de problemas, uma definição do pensamento nacional.”¹³

Segundo Alberto Ferreira, na sua obra *o Tempo e o Modo*, o que esse grupo pretendia era “o condicionalismo moral da actividade criadora, as relações mútuas entre

¹¹ MACHADO, Álvaro Manuel – *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 38.

¹² PIRES, António Manuel Bettencourt Machado – *A ideia de Decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada: Ed. Instituto Universitário dos Açores, 1980, p. 53.

¹³ *Idem*.

público e escritor, o discernimento das prioridades culturais num país atrasado, a reforma da Universidade e das instituições, a função libertadora da arte, a subordinação do espírito dos intelectuais a valores humanos, a prioridade da sociedade humana em face da nação e do seu grupo dirigente (...), a necessidade de actualizar o País (...), o desprezo pelas formas tradicionais de patriotismo”. Numa palavra, pretendia “inovar, reformar, revolucionar.”¹⁴

Consciente dos grandes problemas que naquela época afligiam a humanidade, a nova escola, pela voz de Eça de Queiroz na sua Conferencia do Casino, considera que “é preciso procurar a humanidade na vida contemporânea para ser-se do tempo; proceder-se pela experiência, pela fisiologia, pela ciência dos temperamentos e dos caracteres, e ter os ideais modernos que regem as sociedades: a Justiça, a Verdade e a Liberdade.”¹⁵ Por seu lado, Antero de Quental, na sua Conferência em 1871, a que chamou “Causas da decadência dos povos peninsulares”, considera decadente – porque deteriorada nas qualidades de civilização e cultura – “a raça (...) por ter rejeitado o espírito moderno”¹⁶, vendo esta impreparada para grandes transformações. Como escreveu Celeste Natário, “[os] sonhos humanistas e regeneradores que a geração coimbrã pensava ter descoberto e pretendia instaurar em Portugal pressuponha uma revolução moral, social e política para além das próprias fronteiras, uma vez que também tinha como base a ideia proudhiana de futura federalização dos povos, entendendo ser essa a etapa necessária para chegar à república federativa universal, sonhos frustrados por políticos com diferentes perspectivas em relação a esse espírito moderno que soprava da Europa e que, de imediato, a ideologia política e social portuguesa ou pelo menos o poder instituído não parecia querer aceitar.”¹⁷

Apesar da consciência, por parte dos mentores da geração de 70, da dificuldade, senão impossibilidade, em levar à prática a concretização dos seus ideais, não pode deixar de aceitar-se que esses mesmos ideias tiveram nas gerações futuras repercussões inevitáveis, tanto no plano cultural como noutros.

¹⁴ BRAGANÇA, António – *op. cit.* p. 194.

¹⁵ *Idem*, p. 195.

¹⁶ NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007, p. 25.

¹⁷ *Idem*, p. 25.

O Socialismo de Antero de Quental

O pensamento político de Antero recebeu grande influência de Proudhon cujas ideias deixaram no poeta português contundente marca. Antero segue, assim, o socialismo utópico, opondo-se ao socialismo materialista profetizado por Marx, defendendo que a moral poderia ser a panaceia para uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana, pois só na moral, através da força da consciência, estaria a resolução para os graves problemas políticos e sociais que então se viviam. Neste sentido, os homens deveriam ser capazes de executar uma tarefa de moralização capaz de – usando as suas palavras - orientar os indivíduos nos «combates eternos da Justiça» mediante uma atitude de «renúncia a todo egoísmo».¹⁸

Por consequência, a superação da opressão e da corrupção existentes deveria processar-se mediante uma reforma da ordem social, repudiando-se o recurso à violência. Os planos de reconstrução social deveriam ser concebidos como emergindo da colaboração pacífica e da solidariedade entre as classes sociais, pelo que a noção de “luta de classes” está ausente, pois “a chave da reforma moral está na reforma social”.¹⁹

Neste sentido, tomando o problema fundamental do socialismo como um problema moral, a indicação do caminho a trilhar não seria da ordem do conhecimento; antes passaria pela conversão ética das consciências a par de reformas na estrutura socioeconómica – mudança no domínio das relações de propriedade e conseqüente reorganização político-administrativa – que criassem uma sociedade mais justa.

Na opinião de Antero, a desigualdade vigente no nosso País era tão notória que era assaz importante a instauração de uma dimensão ético-política onde a igualdade e a liberdade tivessem sempre em linha de conta a ideia de justiça, que deveria ser fundada na bondade humana, pois, só assim, o nosso povo escaparia à subserviência ditada pelos desejos e caprichos de alguns.

Um dos problemas centrais que se colocavam e que desvirtuava a justiça social pretendida por este pensador, era a centralização do poder. Escreveu ele que: “às liberdades municipais, à iniciativa local das Comunas, aos Forais, que davam a cada

¹⁸ QUENTAL, Antero – “Tendências Gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX.” Editorial Comunicação e Universidade dos Açores, 1991, p. 166.

¹⁹ ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – “Socialismo”. in: *Logos - Enciclopédia Luso- Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol 4, 1992, col, 1200.

população uma fisionomia e vida próprias, sucede a centralização uniforme e esterilizadora,” concluindo que a governação “[se] transforma no puro absolutismo...”²⁰

O que desiludia profundamente o autor de *Hino à Razão* era o facto de o povo não ter voz activa nos desígnios do seu país. Por isso mesmo, o nosso autor não defendia “novas formas de autoridade e de subordinação da liberdade individual ao estado”²¹. O seu pensamento socialista e democrático tem por base uma ética que respeita profundamente o ser humano em todas as suas manifestações pelo que é incompatível com um pensamento único imposto como verdade transpessoal e definitiva. A democracia, como escreveu V. M. Lopes, “em qualquer das suas formas e realizações históricas, exige elevado grau de educação e respeito pelo homem e pelos seus direitos fundamentais, tanto civis e políticos, como económicos, sociais e culturais.”²²

Porque ansiava uma democracia mais justa e plural, era, na esteira de Proudhon, acérrimo defensor do federalismo, pretendendo a “eliminação da razão de estado e, conseqüentemente a limitação do poder central por meio dos poderes particulares e dos agrupamentos locais.”²³ O perigo residia na “uniformidade, na homogeneidade de composição das sociedades democráticas”²⁴, pelo que a solução tinha um nome: federação. Urgia criar a diversidade, pois só assim se garantia a liberdade, hasteada sobre a igualdade. Antero defende que esses ideais, separados, já tinham dado mostras muito negativas nalgumas repúblicas e, deste modo, o objectivo primordial teria que passar por conciliá-los, sendo fundamental criar uma sociedade plural de modo a que pudessem ser levados à prática. Assim, seria necessário conceder mais autoridade local, descentralizando o poder, chamando à discussão o povo, o qual teria necessariamente que consciencializar-se da responsabilidade que lhe era confinada, para poder opinar de forma livre em relação ao futuro do país. A federação apresenta-se, assim, como a única

²⁰ QUENTAL, Antero de – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2008, p. 47.

²¹ ROCHA, Acílio da Silva – “Socialismo”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol 4, 1992, col. 1203.

²² LOPES, Victor Melícias – “Democracia”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol 1, 1992, col. 1319.

²³ *Idem*

²⁴ *Idem*.

forma de governo digna de homens verdadeiramente iguais, porque verdadeiramente livres.

Com a defesa do federalismo, Antero pretendia alargar a discussão acerca do melhor destino para o país, sendo para ele a discussão política a melhor forma de perceber fenómenos reais e de propor novas soluções para uma democracia, tão afastada, tantas vezes, de conceitos éticos.

Mas tal não chega para aplicação plena da justiça, já que há que ter em conta duas transformações fundamentais, profundíssimas e de difícil alcance, acrescentamos nós: a educação das mentalidades - que, tão condicionadas pelo passado, se apresentavam bastante limitadas – e o aprofundamento e impulsionamento do ideal de Fraternidade. Para Antero, é neste ideal supremo de moralidade que reside o Socialismo.²⁵

Apesar de, na fase final, na qual Antero era figura de proa, os mentores da Geração de 70, se auto-intitularem os “vencidos da vida”, uma vez que, no dizer de Eça, “(...) para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que se chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava”,²⁶ essa foi uma Geração que deixou uma marca incontornável e nem o suicídio de “Santo Antero” fez com que os seus ideais caíssem por terra. Antes pelo contrário, a sua intervenção cívica foi um grito de desejo por uma sociedade mais fraterna e humana. A obra deste poeta e pensador é uma luminosa lição do seu idealismo ético que se nos afigura urgente tê-lo presente nas nossas reflexões, numa altura de tanta turbulência ideológica.

²⁵ Cfr. Araújo, Luís de – “o repto da ética”. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional, *Antero de Quental e o destino de uma Geração*. Porto: 1991, p. 53.

²⁶ CABRAL, Avelino Soares – *O Realismo, Eça de Queiroz e os “Maias”*. Mem Martins: Ed. Sebenta, 2006, p. 9.

A Influência de Teófilo Braga

A influência do pensamento de Teófilo Braga em Raul Proença fez-se sentir sobretudo nos anos da juventude deste. Como teremos oportunidade de assinalar, à medida que o seu pensamento evolui, Raul Proença distanciar-se-á daquele que durante algum tempo terá sido uma referência, considerando-o até como seu mestre.

Mas afinal quem foi Teófilo Braga? Foi indiscutivelmente uma figura marcante da Primeira República. Este polígrafo e político português, que reflectiu as preocupações filosóficas da sua geração, nasceu em Ponta Delgada em 1843, e faleceu em Lisboa em 1924. A sua actividade dedicou-se fundamentalmente ao estudo da cultura nacional e da política, tendo exercido as funções de 1º presidente do Governo Provisório, entre 5/10/1910 e 3/09/1911, e posteriormente de Presidente da República, de Maio a Agosto de 1915.²⁷

Relativamente ao seu percurso filosófico, “Teófilo passa por uma fase romântica, sob a influência de Michelet, Vico e Hegel, em que se dedica à poesia e ao estudo das tradições nacionais. Por esta altura participa ao lado de Antero na «Questão Coimbrã» com o folheto – *As Teocracias Literárias* (1865).”²⁸

Uma segunda fase desse percurso “fica totalmente marcada pelo positivismo, sendo o principal divulgador e seguidor das teses do comtismo, elaborando as suas ideias de forma sistemática em *Traços Gerais da Filosofia Positiva* (1877) e *Sistema de Sociologia* (1884), desenvolvendo ainda os seus estudos sobre a cultura portuguesa, tendo como preocupação, por um lado, aplicar as leis gerais da sociologia de Comte ao exame da vida do povo português e, por outro, elaborar uma «sociologia concreta» de Portugal que contribuísse para a história das concepções mentais.”²⁹

Teófilo Braga defendia a visão positivista de que a “humanidade teria chegado à sua fase de maturidade intelectual e moral em que as explicações de cariz religioso do

²⁷ Cfr, AZEVEDO, Maria Da Conceição – “Teófilo Braga”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 1, 1992, Col. 747.

²⁸ *Idem*.

²⁹ *Idem*, Col. 747 – 748.

mundo e da vida já não faziam sentido. Por isso, o optimismo positivista da crença num triunfo da razão começa a impor-se.”³⁰

No plano político, o ideário de Teófilo Braga passava pela defesa acérrima do federalismo, ou da república federal, sendo esta a via para responder à situação do País que vivia mergulhado numa «apatia mental» e numa «crise de espíritos»³¹. Esta república federal deveria assentar em dois pontos: numa base orgânica, que tivesse em conta as características da «raça portuguesa», as tradições populares e as diversas associações existentes na sociedade, desde a família, passando pelo município e culminando na Humanidade; nas razões históricas, desde a Idade Média, com os pactos federativos, a transição para o Renascimento, a consagração dos direitos individuais, a emancipação das comunas e o reconhecimento do terceiro estado.

De acordo com Maria da Conceição Azevedo, “Teófilo segue Comte ao conceber a sociedade como totalidade orgânica não identificável com a soma dos indivíduos que a constituem e, portanto, com uma estrutura ôntica autónoma.”³² E continua: “Esta ideia de sociedade e de deveres mútuos origina uma teoria política em que o governo tenta equilibrar os vários factores sociais (indivíduo e Estado, liberdade e autoridade), num estágio que Teófilo classifica de «individualismo». Só então poderá falar-se de Democracia e Liberdade, realizando o preconizado por Comte: evolução da sociedade pela tendência ordem/progresso no sentido do altruísmo.”³³ No entanto, diz ainda Maria Conceição Azevedo, ao contrário de Comte, “Teófilo advoga o sufrágio universal e considera a soberania nacional como a base de toda a vida política.”³⁴

De forma um tanto desordenada, a mudança de regime começa, no entanto a desenhar-se no horizonte da sociedade portuguesa. Numa primeira fase, o positivismo é aceite pelos principais actores sociais. Porém, uma parte dos intelectuais republicanos opõe-se-lhe com veemência, o que gerará alguma instabilidade ideológica. Eram fundamentalmente intelectuais do norte do País, os quais contrapunham ao positivismo,

³⁰ NATÁRIO, Celeste – *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2005, p. 31.

³¹ AZEVEDO, Maria da Conceição – “Teófilo Braga”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol.1, 1992, col. 749.

³² *Idem*.

³³ *Idem*, Col. 749 - 750.

³⁴ *Idem*.

uma certa tendência para um espiritualismo francês. Nomes como Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, entre outros, figuram entre aqueles que se opunham aos ideais da República implantada.

Miguel Real, no seu *Pensamento Português Contemporâneo*, considera que, apesar dessa contestação, extensível, por consequência, a Teófilo Braga “é de louvar tal homem e tal obra, tão vastamente atacados”.³⁵ E prossegue: “significa que foram um e outra os motores do pensamento português dos séculos XIX e XX, forçando a longa galeria posterior de pensadores a rebatê-los”³⁶. Defende o mesmo autor que “possivelmente nenhum outro pensador português conheceu tamanha glória em vida e dificilmente outro terá tido o prazer de, com o tempo, presenciar a realização prática, política e pedagógica das suas ideias, a ponto de, aquando da sua morte, em 1924, estas constituírem a mentalidade institucional dominante em Portugal.”³⁷

No entanto, ao contrário da contestação e de alguns opositores, a admiração do jovem Raul Proença pelo mestre Teófilo Braga era tanta, que “o jovem Raul forma com alguns amigos e discípulos um grupo que tinha a aspiração central de debater todas as questões da época em literatura, política, filosofia, etc, questões essas que eram discutidas com o fervor próprio de almas jovens e inexperientes.”³⁸

Esse grupo, denominado *Grupo Teófilo Braga*, que via no seu mentor uma enorme autoridade política e moral, “não pretendia, (...) limitar-se a discutir em círculo fechado as grandes questões teóricas. Os seus jovens membros propunham-se também pôr os seus recursos culturais ao serviço da educação das classes trabalhadoras, através de palestras públicas.”³⁹

Mas a própria essência do positivismo, que assentava nos “valores da unidade no plano cosmológico e da solidariedade no plano moral”⁴⁰, devendo “procurar harmonizar a vida pensante com a vida sentimental e a vida activa, traduzindo-se numa conduta

³⁵ REAL, Miguel – *O Pensamento Português Contemporâneo 1890 – 2010*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011, p. 87.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Idem*.

³⁸ REIS, António – *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 41.

³⁹ *Idem*, p. 42.

⁴⁰ *Idem*, p. 43.

definida com intuito social,⁴¹ não impede o afastamento de Raul Proença. De facto, de acordo com Celeste Natário, este acabou por entender que o positivismo – para o qual o único critério legítimo é o critério experimental – “reduzia (...) substancialmente o conhecimento humano ao conhecimento sensível, a metafísica à ciência, o espírito à natureza, com inevitáveis consequências de diversa ordem em que a única lei que governaria o mundo que concebia seria a evolução necessária de uma indefectível energia naturalista, como resultado das ciências naturais.”⁴² E acrescenta: “um homem de elevação moral como foi a de Raul Proença não poderia permanecer muito tempo na defesa de uma doutrina que pudesse impossibilitar a liberdade de consciência, uma liberdade completa do proceder moral.”⁴³

⁴¹ *Idem.*

⁴² NATÁRIO, Celeste – *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2005, p. 74.

⁴³ *Idem*, p. 81.

O ambiente político-cultural do início dos anos vinte e o surgimento da *Seara Nova*

Antes de passarmos à explanação do surgimento da revista *Seara Nova*, na qual Raul Proença teve uma participação activa, logo como fundador, convém primeiro fazer uma resenha do ambiente político-cultural que se vivia na Europa e que consequentemente influenciou o nosso país.

Viviam-se momentos conturbados, “a Grande Guerra produzira (...) um caldo mental explosivo: a insensibilidade à violência, o ódio irracional dos nacionalismos exacerbados, a tentação militarista, o desencanto das classes médias fortemente fustigadas pelas crises económicas e financeiras, a descrença na eficácia dos mecanismos parlamentares para uma pronta resolução dos problemas.”⁴⁴ Constatamos desta forma que as crescentes dificuldades sentidas nas principais nações industrializadas favoreceram o aparecimento de sindicatos e partidos que se perfilharam ao lado das classes trabalhadoras. No entanto, as transformações não se cingiam somente ao plano sociopolítico.

No campo estético e cultural, novas formas irromperam na pintura, com o cubismo, o expressionismo, o futurismo e o abstraccionismo, e na arquitectura, com o funcionalismo, entre muitos outros movimentos não menos relevantes como foram, por exemplo, “as duas novidades que a América do Norte impusera com êxito: o cinema e o Jazz.”⁴⁵ É também o tempo dos grandes expressos de carruagens requintadas como o *Expresso do oriente* que ligava Paris a Istambul.

Entrava-se numa era marcada por uma nova mentalidade que começava a emergir, o que incitou o aparecimento de novos valores que se reflectiram no surgimento de movimentos feministas reclamando igualdade de género, na moda feminina tornando-se mais ousada e na possibilidade de entrada de mulheres no mercado de trabalho tida como impensável até então.

Eram tempos de mudança que assolavam a Europa e não deixavam Portugal imune. Por isso, a crise sociopolítica levanta dúvidas sobre a capacidade de resistir a tantas adversidades, questionando até a idoneidade das democracias e o valor das ideias iluministas, âncoras da civilização europeia. No entanto, Raul Proença julga ver o seu

⁴⁴ REIS, António – *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 292.

⁴⁵ *Idem*, p. 293.

sonho ganhar fulgor, pois, no contexto internacional, os ideais democráticos acabaram por prevalecer, ao mesmo tempo que no nosso país se dava a queda do sidonismo.

Todavia, as mudanças em curso na Europa eram tão profundas que haviam de afectar fortemente a realidade nacional. Assim, com uma economia fragilizada, agravada pelas consequências da guerra, resultou numa crise social que originou um grande empobrecimento da população.

A desorganização e desordem sociais eram tão grandes que os cidadãos passaram a viver em condições indignas, com salários que não acompanhavam o vertiginoso aumento de preços dos produtos básicos, incentivando a onda de assaltos. Perante tal situação, “a classe média, os quadros superior do funcionalismo público e das Forças Armadas viam o seu poder de compra draconianamente reduzido. A circulação fiduciária aumentava a todo o momento e a dívida flutuante triplicara, facilitando as manobras especulativas da alta finança. Luxo e miséria atingiam proporções inusitadas,”⁴⁶ afirma António Reis.

Naturalmente, a classe política dirigente vivia momentos de desnorde, favorecendo a afirmação e reforço de correntes políticas e doutrínarias extremistas, tanto à esquerda como à direita, assim explicitadas por A. Reis: “De um lado, o movimento anarco-sindicalista organizado em torno da Confederação Geral do Trabalho e tendo como principal órgão de imprensa o semanário *A Batalha*, fundado em Fevereiro de 1919. Do outro lado, os católicos conservadores do Centro Católico, os nacionalistas da cruzada Nun`Álvares e os monárquicos tradicionalistas do Integralismo Lusitano, cuja doutrinação iria influir decisivamente no futuro rumo das instituições.”⁴⁷

Face a este quadro, facilmente percebemos que a crise institucional reinante, nestes momentos decorrentes do pós-guerra – tão perturbados económica e financeiramente - age associada a uma crise de valores, abalando a visão do mundo racionalista e humanista, tão cara ao movimento republicano.

Repudiando este cenário, Raul Proença reagiu defendendo que “chegara (...) a hora da acção, a hora de reunir os homens e criar os meios práticos capazes de darem corpo a esse já antigo projecto de longo prazo de renovação das mentalidades das elites e de criação de uma opinião pública tão consciente como exigente.”⁴⁸

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ *Idem*, p. 296.

⁴⁸ *Idem*, p. 298.

Estavam reunidas as condições a partir das quais surgirá a *Seara Nova*. No entanto, antes de incidirmos a nossa atenção sobre o projecto seareiro, faremos uma breve incursão sobre um outro movimento que o precedeu, e que foi o da *Renascença Portuguesa*, ao qual se associara Raul Proença e que se afastara depois devido a diferenças ideológicas e doutrinárias com o denominado “Grupo do Norte”, sobretudo com uma das figuras de proa, o poeta Teixeira de Pascoaes.

O movimento da *Renascença Portuguesa*, movimento cultural com origem no Porto, considerado como o mais importante movimento cultural da época, precursor de mutações culturais do século XX, assentava, conforme escreveu Celeste Natário, no seguinte ideário: “promover uma maior cultura para o povo através dos mais diversos meios, revistas, conferências, palestras e universidades, com o objectivo de «dar conteúdo renovado e fecundo à revolução republicana»”.⁴⁹ Esse movimento “reunia homens como Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra (...), Raul Proença, António Sérgio” e, ainda nos primeiros anos, Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa, “bem como outras tendências de um grande número de colaboradores da intelectualidade do tempo.”⁵⁰

A ideia da sua criação ficou a dever-se a Jaime Cortesão “que numa carta a Raul Proença falava do projecto de fundar uma associação dos artistas e dos intelectuais portugueses com o fim principal de exercer a sua acção, isenta de facciosismos políticos dentro da actual sociedade.”⁵¹

Jaime Cortesão e Teixeira de Pascoaes, que assumiu a direcção da Revista *Águia*, voz do Movimento, norteavam o seu pensamento por uma certa vertente poética e mística, o que não encontrava eco nos pensadores do sul. Para termos uma noção da ideologia destes pensadores, Teixeira de Pascoaes afirma “em a *Arte de ser Português* (1915), bem como nas conferências que foi proferindo em nome da *Renascença Portuguesa* entre 1912 e 1917, que pugna pela «nacionalização» intensa da «alma portuguesa» nos *curricula* dos liceus e da escola primária, acordando em cada estudante o sentimento patriótico gerado pelo «espírito saudoso» ou «consciência saudosa», ou seja, pela exteriorização ou esclarecimento consciente do conceito de Saudade como

⁴⁹ NATÁRIO, Celeste – *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2005, p. 35.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Idem*, p. 36.

âmago da visão pátria de Portugal e como lugar identificador e singularizador no concerto das nações europeias.”⁵²

Ora esta perspectiva saudosista defendida por Pascoaes e pelo “Grupo do Norte”, que começa por traçar as linhas mestras deste Movimento alicerçado no génio da *Raça*, não era vista com bons olhos pelo “Grupo do Sul”. Não custa compreender a existência de forte tensão ideológica entre os elementos, que se agudizou quando Teixeira de Pascoaes e Raul Proença não chegaram a um consenso relativo aos estatutos da Associação redigindo, cada um em separado, um manifesto diferente. Este episódio, apesar de algo haver em comum e que era “procurar um novo caminho para dar uma finalidade à vida nacional”⁵³, ou seja, uma “renascença portuguesa”, foi determinante no afastamento e saída de Raul Proença.

Apesar do projecto da *Renascença Portuguesa* ter caído por terra, Proença não desistiu de prosseguir os seus objectivos e dada “a necessidade que expressou no seu Manifesto, de dar uma alma nova à nacionalidade, despertando acção e vida «nesta existência de modorra» para que surgisse «alguma coisa que nos alimente a esperança, móvel da revolução e fonte de toda a vida» (...) criou o movimento e revista *Seara Nova* (...).”⁵⁴ Esta começou a publicar-se em 1921, uma sua aposta “que lhe permitiu concretizar, em parte, o sonho frustrado da sua Renascença”.⁵⁵

Tendo como principais mentores Raul Proença e Jaime Cortesão - que desde a fundação da *Renascença Portuguesa* sempre nutriu grande admiração por Proença, reconhecendo-lhe grande empenhamento e dinamismo no trabalho – e, ainda, Luís Câmara Reis, a *Seara Nova* apresenta-se com a pretensão de “contribuir de forma inequívoca para o progresso da Homem e da Humanidade”, na consciência de que “esta era uma espécie de produto final, uma meta de longo alcance, porque de imediato a intenção era agir de uma forma rápida e eficaz, apesar de uma das principais tarefas a que se propunham não poder ter um efeito imediato”⁵⁶, ou seja, pelas palavras do

⁵² *Idem*, p. 52.

⁵³ *Idem*, p. 44.

⁵⁴ *Idem*, p. 52.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ *Idem*, p. 52 -53.

próprio Raul Proença, «renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação.»⁵⁷

Logo no artigo de apresentação da revista - que afirma que a *Seara Nova* será constituída por “poetas militantes, críticos militantes, economistas e pedagogos militantes”⁵⁸, é expressa claramente a intenção dos seus colaboradores: “a *Seara Nova* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos, mas não da vida política, para que se erga, acima do circo onde se debatem os interesses das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda larga e profunda, as reformas necessárias à vida nacional.”⁵⁹

Analisando, de forma lúcida e apartidária, a situação política de então, os membros da *Seara Nova* consideravam que “a verdade é que os políticos não são melhores nem piores do que o permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa”.⁶⁰ Por isso, acrescentam, “todo o País tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe (...) e em especial a sua elite”, pois que “a vida política dum país é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol.”⁶¹ Olhando para a vida pública de forma séria e com uma grande consciência do bem comum, os homens da *Seara Nova* defendiam que “em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição. É à verdade, à absoluta lealdade e probidade de pensamento, que é mister habituar o povo português.”⁶²

O espírito combativo claramente expresso no texto de apresentação da *Seara Nova*, exige aos seus fundadores que vão mais além da simples “acção de crítica e de protesto”, pelo que dizem querer a *Seara Nova* “chamar atenção de todo o País para as

⁵⁷ *Idem*, p.52 – 53.

⁵⁸ *Idem*, p. 72.

⁵⁹ PROENÇA, Raul – “Apresentação da «Seara Nova»”. *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 2, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p 71.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ *Idem*, p. 71.

⁶² *Idem*, p. 73.

reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião nacional que as exija e apoie.”⁶³

Apesar de não se imiscuírem em questões político-partidárias, os *seareiros* acreditavam que a realização da justiça social só seria possível mediante o triunfo do socialismo, mais concretamente do socialismo democrático, num mundo separado de exclusivismos por parte das nações, pelo que a criação de uma humanidade justa e livre tem como condição necessária uma consciência internacional, livre de disputas nacionalistas.

⁶³ *Idem*, p. 74.

A concepção de ser humano e “A acção idealista no mundo real”

A “versão monista e evolucionista” que Teófilo Braga dera ao jovem Raul Proença (...), em breve é substituída, como escreve A. Braz Teixeira, por “um espiritualismo racionalista de forte acento ético, que, ao mesmo tempo que afirma a radical separação entre a matéria e o espírito, considera irrecusável a interrogação metafísica”(…). Prossegue este autor: “ Raul Proença ao proclamar que o homem, mais do que matéria, é constituído por uma alma e um espírito, recusa que o pensamento seja um epifenómeno e não hesita em sustentar que o facto da consciência, ao instaurar a ética, ao criar o mundo dos fins e o critério do bem e do mal, é uma realidade irreduzível à matéria.”⁶⁴

Podemos assim afirmar que, para Proença, o próprio pensamento do Homem, se afigura “quase como uma espécie de necessidade moral” e que, seguindo Natário, “o racionalismo de Proença não nega, limita ou calunia a razão, mas ao mesmo tempo não ignora o papel e o valor do sentimento e da vontade, acreditando que o homem é um ser que progride, se cria e recria pelo espírito, encontrando na sociedade o lugar para esse desenvolvimento, cabendo ao Estado como fim supremo o desenvolvimento da cultura e da justiça.”⁶⁵ Concebendo o Homem livre de qualquer aprisionamento, Proença opõe-se quer ao monismo materialista positivista, quer ao determinismo, “tendo por inegável a liberdade da pessoa moral que o espírito garante.”⁶⁶

Diz-nos Sant’Anna Dionísio que na vasta produção literária do autor de *O Eterno Retorno*, “não se encontra facilmente (...) a definição explícita das suas crenças filosóficas.” No entanto, considera que “ às seguintes e metafísicas interrogações:

«Qual será o destino do homem? O curso da realidade será permeável ou impermeável ao esforço do homem? No ser, haverá um único plano ou mais? A liberdade será uma ilusão? Haverá Deus?»

- ele diria, segundo, cremos, alguma coisa como isto:

⁶⁴ TEIXEIRA, A. Braz – “Raul Proença”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992, Col. 446.

⁶⁵ NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e Cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007, p. 129.

⁶⁶ TEIXEIRA, A. Braz – “Raul Proença”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992, Col. 446.

«- O destino do homem é ele mesmo que o faz.

Até certo ponto – o curso da realidade é permeável ao nosso esforço.

No ser há, pelo menos, dois planos de ser: um, o do mundo físico; outro, o do espírito. Este último, sem sombra de dúvidas é o que tem a primazia.

Deus seguramente não existe (se existir, tanto melhor para os que não precisam dele) mas tudo se deve passar como se existisse.

Longe de a suspeitar como uma ilusão, considero a liberdade como a maior certeza e a mais bela verdade da nossa existência.»⁶⁷

Não podemos abordar a questão da concepção de ser humano, neste pensador português, sem que, ainda que de forma sumária, façamos referência à influência que nele teve Nietzsche. Embora a relação de Raul Proença com este filósofo fosse de amor-ódio, Proença considerava o pensamento de Nietzsche extremamente original. Diz-nos o autor no seu livro *O Eterno Retorno*, dedicado exclusivamente a Nietzsche: “Há duas maneiras de se ser original, uma é encontrar pensamentos realmente inéditos, exprimir teorias ainda não formuladas, dar origem a novos inventos. Outra consiste em encontrar a sua própria conta, devido unicamente ao esforço do seu raciocínio ou à altura do seu génio, sem obedecer a qualquer influência ou sugestão estranha, pensamentos e doutrinas já há muito formuladas. A sua descoberta não deixou de o ser por já ter sido feita por outros; mas foi uma redescoberta.”⁶⁸

As divergências entre o pensamento de ambos podem ser entendidas se aceitarmos que Proença, no dizer de Celeste Natário, privilegiava “uma moral da Vida, do Amor, de coerência dinâmica e criadora, onde o progresso espiritual era a via de sucesso mais importante para elevadas e nobres formas de consciência e da existência”,⁶⁹ o que levou este autor “à heróica e sofredora atitude de uma concepção ética em que a existência de Deus e a vida eterna tinham que estar ausentes, como

⁶⁷ DIONÍSIO, Sant’Anna – *O Pensamento especulativo e agente de Raúl Proença*. Porto: Ed. Seara Nova, 1949, p. 49 – 50.

⁶⁸ PROENÇA, Raul – *O Eterno Retorno*. Lisboa: Ed. Biblioteca Nacional, 1987, p. 241-242.

⁶⁹ NATÁRIO, Celeste – *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2005, p. 202.

condição de uma «moralidade pura».”⁷⁰ Prossegue a autora: “Para um pensador desta índole a vida nunca poderia ser entendida como foi em Nietzsche. Considerando o pensador português o «sem sentido» que a aceitação do Eterno Retorno reservava, onde o homem não seria mais que um «simples acidente de combinação de átomos», sem qualquer liberdade, «deterministicamente condenado a um plano pré-estabelecido de toda a eternidade», seria claramente impossível que Proença pudesse concordar com tal doutrina.”⁷¹

Esta divergência é clara ao proferir o autor que Zaratustra, quando afirmava “a eterna repetição das coisas, negava todo e qualquer verdadeiro sentido à vida, retirando igualmente qualquer significação profunda e religiosa às coisas, criando no Universo uma espécie de vazio moral”⁷². Tal nunca poderia ser aceite por Raul Proença, que escreveu: “Por minha parte, tive sempre uma grande prevenção contra todos os idealismos que se consomem em palavras e não têm a coragem de tentar ao menos inserir-se no real.”⁷³

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Idem.*

⁷² *Idem.*

⁷³ PROENÇA, Raul – “Os Letrados e a Política”. *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 145.

Capítulo II

O pensamento político de Raul Proença

1 - O problema capital da República

Os partidos Políticos, o sufrágio universal e a opinião pública

Após esta introdução que nos permitiu conhecer melhor as principais influências no pensamento de Raul Proença, chega o momento de abordarmos o seu pensamento político, não deixando, antes, de nos centrarmos no que se entende por *política*. Para tal, sigamos o que diz Manuel Antunes: “A política concerne, em geral, o governo dos homens e a administração das coisas, e em particular, a organização e a direcção dos Estados.”⁷⁴ Acrescenta que “é susceptível de ser considerada como arte, como ciência, como ideologia, como filosofia, como metafísica, como ética e como teologia.”⁷⁵ É “é um fazer e é, sobretudo, um agir, [que] dispondo os meios em relação aos fins e pensando os fins em relação aos meios, (...) [se] revela como uma arte, daquilo que, *aqui e agora* é possível realizar”.⁷⁶ E é uma arte, pois “[a] decisão política, mesmo depois de muitos estudos elaborados, (...) envolve sempre um coeficiente de indeterminação que não é possível nem sensato, eliminar ou subestimar”.⁷⁷

Por outro lado, a política não pode ser concebida sem que tenhamos em linha de conta uma ideologia. Esta, como M. Antunes realçou, “a um tempo, síntese e simplificação da arte, da ciência e da filosofia políticas, (...) como uma arte e justificação do poder, como o seu ponto de honra perante as massas que domina ou tenta dominar, como o símbolo - ou o credo - daquilo que importa crer (...) pode ser liberal ou totalitária, classista ou igualitária (...), procura exaltar as próprias virtudes e ocultar os próprios defeitos, refugindo, não raro, da autocritica”.⁷⁸ E acrescenta: “Religiosa ou secular, a ideologia revela a necessidade que assiste ao homem «animal

⁷⁴ ANTUNES, M – “Política”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992, col. 329.

⁷⁵ *Idem*, col. 329 – 330.

⁷⁶ *Idem*, col. 330.

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ *Idem*, col. 331.

político», de acreditar nalguma coisa para, comunitária e solidariamente, realizar alguma coisa (...).”⁷⁹

Regressando a Proença, homem de espírito combativo e de personalidade ímpar, focaremos, antes de mais, o seu trabalho notável como bibliotecário, sendo sobejamente reconhecido pelo seu labor. No entanto, “saindo da biblioteca, descia rapidamente o Chiado, esquivando-se a encontros e palestras. Seguia para casa, num bairro distante e tranquilo. Começava então a magnífica vida interior – as leituras, as meditações, os problemas desinteressados do espírito e as intervenções cívicas na turbulenta vida nacional.”⁸⁰ Constrói nessas meditações um ideal de democracia: “o regime que garante no máximo os direitos de todos os indivíduos, o que levaria, com lógica necessidade, a caracterizar-se, desde logo, como igualitária.”⁸¹ Fica patente que a ideia central de Democracia era a de garantir a liberdade a todos os cidadãos, só possível se a igualdade também se verificasse.⁸²

Como outros autores daquele tempo, Raul Proença distinguia a Democracia como ideal e actividade espiritual, da “Democracia como regime político e o método ou os processos técnicos de governação”.⁸³ Considerava também que a essência da democracia era constituída por um ideal, chamando a atenção para o facto de, se verdadeira, ela seria um caminho inacabado que teria que ser trilhado com a aspiração última de alcançar a harmonia e o bem, tendo em conta os condicionalismos inerentes à sua prática. Para alcançá-la, acreditava que, não podendo sê-lo de forma colectiva, ou seja, pela sociedade, deveria ser realizável por cada indivíduo singularmente.⁸⁴

Viam os pensadores desse tempo a democracia como o melhor dos regimes possíveis, apesar de todos os condicionalismos inerentes ao método de governação, nomeadamente devidos à realidade social. Para estes estudiosos, entre os quais se encontrava Proença, existiam três elementos fundamentais que todo o regime

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ REIS, Câmara – Prefácio a PROENÇA, Raul – *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 11.

⁸¹ *Idem*, p. 18.

⁸² Cfr. *Idem.*

⁸³ TEIXEIRA, António Braz – *Conceito e Formas de Democracia em Portugal*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008, p. 16.

⁸⁴ Cfr. *Idem.*

democrático sério deveria ter em linha de conta: os partidos políticos, o sufrágio universal e a opinião pública. Será nestes três vectores ou pilares da Democracia que centraremos, para já, a nossa atenção.

Relativamente aos partidos políticos, embora considerasse que estes muitas vezes se preocupavam com os interesses dos seus membros e não com os interesses colectivos, Proença sublinhava que não se deve “ver no político o bode expiatório de todas as desgraças nacionais,”⁸⁵ uma vez que, “é em todas as modalidades da vida portuguesa que devemos encontrar o vírus profundo da nossa degeneração.”⁸⁶ E acrescenta: “cada um de nós, no círculo das suas actividades próprias (quer sejamos empregados públicos, professores, militares, industriais ou agricultores), tem manifestado essa mesma ausência de capacidade criadora e de subordinação aos interesse gerais que tão de boa mente assacamos aos nossos políticos. Simples órgãos de correlação, os políticos não podem elevar-se acima das condições gerais da actividade e da mentalidade nacional.”⁸⁷ Continuando, diz que “a função política não pode ser a única que haja a modificar e corrigir”⁸⁸, havendo, então, que “agir sobre todos os tecidos do corpo colectivo [e] modificar todas as funções desse corpo.”⁸⁹

No entanto, aqueles que têm a função de dirigir os destinos do país não saem ilesos desta crítica, considerando Proença que é necessário “modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma acção directiva: numa palavra, (...) reformar a estrutura espiritual, a forma da mentalidade da *elite* portuguesa, tão certo é que têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus piores inimigos.”⁹⁰

Raul Proença considerava que mesmo aqueles que desinteressadamente e de boa vontade se fazem membros de um partido político, rapidamente assimilam a psicologia inerente aos partidos, esquecem os seus deveres para com a sociedade, sobrepondo a esses deveres os interesses partidários. É evidente que este comportamento entorpece o

⁸⁵ PROENÇA, Raul – “Porque não somos um partido político”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 108.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*, p.p 108-109.

⁹⁰ *Idem*, p. 109.

bom funcionamento da democracia, criando um clientelismo que se serve do partido, não o servindo e, no fundo, esquecendo o principal objectivo de quem exerce o poder, que deve ser o bem comum.⁹¹

Alertava também Proença para a questão que ele considerava de grande importância e que era “o aniquilamento absoluto dos pequenos agrupamentos partidários.”⁹² Ainda que a estabilidade governativa, exigisse o rotativismo político, dado essencial para o bom funcionamento do regime, havia que ter a noção de que existia um “rotativismo saudável e um rotativismo doentio, e até criminoso; uma estabilidade benéfica ao lado duma estabilidade pernicioso.”⁹³ Escreve ele: “O rotativismo só pode constituir uma modalidade saudável da vida política quando é exercido por dois partidos de feição doutrinária divergente e oposta, quando esses partidos representam dois grandes sistemas gerais de opiniões perfeitamente distintas e um deles seria na vida política e na governação o correctivo indispensável do outro.”⁹⁴ No entanto, não era essa a realidade de então, dado que ambos os partidos do poder tinham uma marca nitidamente conservadora. Por isso, o autor sublinhava o perigo de simplesmente se mudarem pessoas, sem alternarem as opiniões. Quando se falava da perfeita normalidade do sistema, Proença mencionava que este tipo de prática contribuía para o falsificar e perverter.

A república deparava-se então com um sistema pervertido. Embora “teoricamente multipartidária, a verdade é que a República [estava] muito mais próxima de um sistema de monopólio partidário, na medida em que o Partido Republicano, (...) hegemonizava a influência eleitoral e os recursos públicos necessários para a «compra» do voto, empurrando os partidos mais pequenos (o Partido Unionista, de Brito Camacho, e o partido evolucionista, de António José de Almeida) para o conspirativismo e para a cumplicidade com forças anti-republicanas.”⁹⁵

A desejada estabilidade governativa, diz Proença, perdia o valor se ignorasse que “acima da estabilidade há os princípios, as aspirações, as capacidades, o valor dos

⁹¹ Cfr. *Idem*.

⁹² PROENÇA, Raul – “O problema capital desta república”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, Vol. 2, 1971, p. 78.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ *Idem*, p. 78 -79.

⁹⁵ SARDICA, José Miguel – *op. cit.* p. 33.

partidos”.⁹⁶ Só conjugando estes factores se podia proporcionar à sociedade o encaminhamento no sentido da harmonia, o que não poderia fazer-se sem ter em conta a importância que tinha para o país “a estabilidade de um governo de homens inteligentes, honestos, livres de toda a clientela financeira, desempoeirados do espírito, com bastante largueza de inteligência para compreender na sua essência e nas suas diversas modalidades os problemas nacionais, com bastantes capacidades de acção para começar a resolvê-los”.⁹⁷

Neste sentido, para evitar estes “vícios” prejudiciais à “saúde” da vida democrática, Proença propunha a criação de um “supremo órgão directivo, inspirador e orientador da opinião pública, *formado por cabeças e não por espadas*”⁹⁸, pois que, “enquanto isso não se fizer, o corpo da Nação será sem alma, sem vontade, sem rumo e sem destino.”⁹⁹

Outro aspecto crucial em qualquer democracia é o sufrágio universal. Como escreveu António Braz Teixeira, para os teóricos republicanos da democracia social-liberal, “o sufrágio, enquanto forma e manifestação fiel e periódica da vontade colectiva, seria o processo técnico de governação que melhor garantiria o respeito pela diversidade individual das pessoas e pela dignidade da consciência dos cidadãos e significaria, nas palavras de Augusto Saraiva, a vitória da forma *reflectida e voluntária* da convivência social, assente no acordo e no livre assentimento, sob a forma simplesmente *vivida e natural*, o triunfo da razão sobre os meros impulsos ou tendências naturais do homem.”¹⁰⁰

Apesar de reconhecer a importância do sufrágio, Proença apresenta uma visão *sui generis* do mesmo, quando afirma que “é no *direito individual*, e não no *direito do número*, que reside a essência da Democracia.” E continua: “A democracia é o regime que garante no máximo os direitos de *todos* os indivíduos, o que leva, por definição, a caracterizar-se desde logo como igualitária. Não é para mim, nem para os do meu grupo

⁹⁶ PROENÇA, Raul – “O problema capital desta república”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 2, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 79.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ PROENÇA, Raul – “Porque não somos um partido político”. In: *Seara Nova – Antologia – Pela Reforma da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 111.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ TEIXEIRA, António Braz – *op. cit.* p. 26.

que eu exijo a liberdade; exijo-a, pelo contrário, para todos os homens, seja qual for a sua condição, grupo ou partido.”¹⁰¹ Por isso, “nunca o verdadeiro democrata deve celebrar o seu triunfo sobre a vontade duma minoria, se essa vontade é moral e desinteressada; antes deve lamentar que a minoria seja obrigada, pela força das coisas, a respeitar normas jurídicas para cuja elaboração não contribuiu.”¹⁰² E prossegue: “é preciso exaltar com um pouco menos de transporte essa vontade das maiorias, essa lei do número, tanto do agrado de certos demagogos.”¹⁰³

Partindo destas premissas, o autor infere que o indivíduo tem o direito de se rebelar contra o número, que menospreza a autonomia das consciências e tenta violar os seus direitos essenciais. Daí advogar também o direito das minorias discordarem das leis impostas pela maioria.

Deste modo, Proença discorda de Rousseau, considerando que o erro deste “não consistiu (...) em fazer do contrato a ideia primária da sua filosofia, antes residiu (...) em o ter despido (...), na evolução subsequente das suas ideias, de toda a natureza contratual, dando-lhe um conteúdo que destrói a sua essência jurídica”,¹⁰⁴ pois Rousseau reduziu “todas as cláusulas desse contrato a uma única, a saber, «a alienação total de cada associado com todos os seus direitos a toda a comunidade», (...) não [fazendo] mais do que substituir um acto bilateral por um dom incondicional e total, e negar o estado de direito depois de lhe ter assentado as bases.”¹⁰⁵

Ainda interpretando o pensamento de Rousseau, Proença assevera que “o que se consulta em qualquer sufrágio não é a minha vontade individual, mas o meu juízo individual sobre a vontade geral”,¹⁰⁶ ou seja, quando exprimimos a nossa intenção de voto na urna, não exprimimos de modo nenhum esta ideia: «quero que seja assim», mas antes esta outra: «julgo que é isto o que a vontade geral quer».¹⁰⁷ Proença, considerava

¹⁰¹ PROENÇA, Raul – “Da necessidade prévia de defender a Democracia das suas aberrações”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 198.

¹⁰² *Idem*, p. 201.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 203.

¹⁰⁵ *Idem*.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 204.

¹⁰⁷ *Idem*.

isso uma aberração grave da democracia, pois “esta abdicação pura e simples da vontade individual perante a vontade geral leva facilmente à abdicação da consciência individual perante a consciência numérica”.¹⁰⁸ Daí ele defender que o “vício” fundamental da democracia é o sufrágio popular, uma vez que “é o domínio do número sobre a qualidade; a escolha dos competentes pelos incompetentes; a vontade dos indivíduos não especializados pronunciando-se sobre questões a que são completamente estranhos.”¹⁰⁹

Com a ânsia de lutar por uma sociedade mais organizada e constituída por actores políticos mais competentes, Proença considerava que ninguém se poderia ocupar de uma actividade sem um conhecimento efectivo e prático da mesma, como se depreende das suas palavras num dos seus artigos da *Seara Nova*, quando afirma que “ninguém poderá ocupar-se da lavoura sem ser agricultor, da indústria não sendo industrial, do exército não sendo militar, do trabalho fabril, não sendo operário ou patrão, da instrução não sendo professor.”¹¹⁰

Outro aspecto que merece relevo, é a incapacidade republicana de cumprir o prometido relativamente ao sufrágio que deveria ser universal, mas que na prática não era, uma vez que o eleitorado rural, onde os republicanos não recolhiam muito reconhecimento, não tinha direito a voto. Com “a mais importante lei eleitoral da Primeira República, promulgada em Julho de 1913, que [retirara] o direito de voto aos analfabetos, reduzindo o universo eleitoral em 53% de cerca de 850 000 portugueses para cerca de 400 000,”¹¹¹ o universo de eleitores fora drasticamente reduzido.

Proença não poderia aceitar tal estado de coisas. Um dos legados indiscutíveis do autor foi o facto de ter defendido a liberdade de pensar como pluralidade de pensar, acreditando que a democracia, na verdadeira acepção da palavra, só é possível se a justiça tiver em atenção o facto de as sociedades serem compostas por entes plurais.

No tocante à opinião pública, “imprescindível órgão de fiscalização do modo como o poder é exercido pelos representantes da sociedade política,”¹¹² Proença defende

¹⁰⁸ *Idem*, p. 205.

¹⁰⁹ PROENÇA, Raul – “O que é o integralismo”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 39.

¹¹⁰ *Idem*, p. 39 - 40.

¹¹¹ SARDICA, José Miguel – *op. cit.* p. 32.

¹¹² TEIXEIRA, António Braz – *op. cit.* 2008, p. 26.

que é essencial conciliar competência com democracia. Daí ser urgente reformar a própria organização geral do Estado. Essa reforma deveria criar “junto de cada grande ramo de serviços ou mesmo de cada serviço (...) um ou mais representantes da opinião pública (...) sendo necessário também que a própria actividade legislativa [resultasse] da colaboração de técnicos e de representantes da vontade nacional.”¹¹³

Com Portugal mergulhado numa apatia social e sendo a opinião pública seu reflexo, a ideologia republicana parecia ser, aos seus mentores o caminho certo para o fim certo, visando combater o atraso cultural em que se vivia. Daí ter como objectivo, como escreveu José Miguel Sardica, “construir uma democracia real, modernizadora e mais igualitária, com consciencialização e participação política colectiva das massas.”¹¹⁴ E prossegue o mesmo autor: “[a] república deveria «republicanizar» os portugueses, tendo em mente o que Teófilo Braga, entre outros, chamava a reconstrução cultural da nação. O objectivo era criar uma nova comunidade de cidadania e, eventualmente, um «homem novo» totalmente dedicado a servir o regime na alta tarefa de modernizar e salvar o País.”¹¹⁵

¹¹³ PROENÇA, Raul – “Um livro de claridades e de sombra”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 2, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 272.

¹¹⁴ SARDICA, José Miguel – *op. cit.* p. 29.

¹¹⁵ *Idem.*

As injustiças e o problema da corrupção

Chega o momento de nos determos sobre a questão da justiça, eixo fundamental de qualquer sociedade que pretenda ser ordenada. Uma vez que a sociedade é composta por indivíduos distintos entre si, na sua relação consigo mesmo, com o outro e com o meio que os circunda, é de suprema importância que exista uma ordem: “onde quer que haja multiplicidade ou variedade, aí se põe uma questão de ordem.”¹¹⁶

Considerava o filósofo Fernando Savater, que, para Aristóteles, “a política não é senão a continuação da ética por outros meios, ou então, se se preferir, a ética é o pórtico pedagógico da política, que prepara para esta o terreno sobre o qual ela deve firmar-se.”¹¹⁷

Mário Bigotte Chorão defende que “a ética considera a justiça como virtude moral, enquanto a axiologia a trata como valor.”¹¹⁸ Acrescenta ele que “a filosofia política versa [sobre] as conexões entre a justiça por um lado, e a sociedade política e o bem comum, por outro (...).”¹¹⁹ Para este mesmo autor, existem alguns traços característicos da justiça, tais como, “a *alteridade*, a *exterioridade*, a *obrigatoriedade* e a *igualdade*”.¹²⁰ Explica: “ela diz respeito «ao outro», implicando diversidade de sujeitos, entre os quais se estabelecem relações – jurídicas ou de justiça; respeita a acções ou coisas exteriores que os homens podem comunicar entre si e que são interferíveis; o objecto da justiça é um débito em sentido estrito, que o sujeito passivo tem a obrigação de satisfazer e, correlativamente, o sujeito activo, a faculdade de exigir; ao titular do direito deve ser satisfeito exactamente o que lhe é devido, segundo uma medida de igualdade.”¹²¹ Na linha de outros pensadores desde a antiguidade grega, para

¹¹⁶ CABRAL S.J, Roque – *Temas de Ética*. Braga: Ed. Faculdade de Filosofia da UCP, 2001, p. 91.

¹¹⁷ SAVATER, Fernando – *Convite à Ética*. Lisboa: Ed. Fim de Século, 1995, p. 88

¹¹⁸ CHORÃO, Mário Bigotte – “Justiça”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 3, 1992, Col. 96.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ *Idem*.

Bigotte Chorão existem virtudes cardeais, sendo que a “primazia pertence à prudência, supondo o acto de justiça o acto de prudência.”¹²²

Raul Proença, no seu pensamento político, ciente da importância da Justiça para o bom funcionamento da democracia e das suas instituições, é nisso claro quando considera que “todo o esforço de uma política nova tem de ser dirigido contra a Incompetência e a Corrupção,”¹²³ e, “quem não atacar expressamente estes dois vícios do regime não merece a confiança do país.”¹²⁴

Este pensador cuidava que quem entra na política deveria dedicar-se à causa pública, ou seja, colocar os interesses dos cidadãos e da comunidade acima de qualquer interesse privado, uma vez que quem está na política ao serviço de interesses particulares, desonra a república. Daí ele considerar o socialismo a corrente política mais justa, pois, como disse, “o socialismo [é] uma organização da sociedade, uma Ordem em que a distribuição das funções [deve ser] fundada na justiça, e não no privilégio.”¹²⁵

O socialismo é “tão antigo como a injustiça e a opressão do pobre pelo rico, do desvalido pelo poderoso, não é mais do que o protesto dos que sofrem, contra a organização viciosa que os faz sofrer”¹²⁶, escreveu Eduardo Lourenço. E prossegue: “é a reclamação da justiça e da igualdade nas relações dos homens; dos homens que a natureza criou livres e iguais, e de que a organização social fez como que duas raças inimigas, uma que manda, goza e oprime, outra que obedece, trabalha e sofre: dum lado, senhores, aristocratas, capitalistas; do outro, escravos, servos, proletários.”¹²⁷

Sendo Proença um defensor da transparência - contra o secretismo vigente no funcionamento das instituições democráticas e contra a simbiose entre a política e a banca - aludia que a política não pode ser encarada como meio de fazer fortuna. E num

¹²² *Idem*, col. 99.

¹²³ PROENÇA, Raul – “Incompetência e Corrupção”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 4. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 81.

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 217.

¹²⁶ LOURENÇO, Eduardo – *A esquerda na encruzilhada ou fora da história (Ensaios políticos)*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2009, p. 24.

¹²⁷ *Idem*.

tom sarcástico refere que “o «bom republicano» não quer perder a sua influência, os seus padrinhos, os seus afilhados, as suas sinecuras, o «frete» de deputado, a representação no banco,”¹²⁸ esse para quem “a República é este sistema de interesses, de egoísmos, de aspirações de estômago, perante o qual tudo deve capitular: prestígio do regime, afirmações da consciência, a própria dignidade do poder.”¹²⁹

Perante tais incongruências, o autor refere que “a moral política dia a dia mais se relaxa e perverte. As câmaras são já como as ante-câmaras das casas bancárias, e a política um meio de fazer fortuna.”¹³⁰ E denuncia: “quem entra na *carreira* começa por bramar contra a Finança, adere depois ao conservantismo, penitenciando-se das bravuras da mocidade, e acaba por se introduzir na gerência dos bancos, como fruto da idade madura.”¹³¹

Fiel aos princípios que defende, Raul Proença manifesta-se contra a promiscuidade entre a política e a banca, personaliza a sua crítica opondo-se à nomeação do parlamentar Cunha Leal para Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino. No seu entender “é bom que a responsabilidade de cada um fique claramente definida, (...) *a república não pode nem deve administrar aquilo que é dos outros*, e que deve ser respeitado à face dos contratos.”¹³² E aconselha as assembleias gerais e direcção dos bancos a que “não aceitem os vice-governadores que lhes forem impostos.”¹³³

Constatando estas ligações promíscuas entre os dirigentes políticos e os diversos sectores da sociedade, nomeadamente a banca, originando um estado paralelo que tolhia o desenvolvimento, Proença reage e diz que é um dever daqueles que comandam os destinos da República “restabelecer a autoridade, organizar a defesa do regime, fortalecer a ordem, acabar de vez com a impunidade que permeia todos os banditismos

¹²⁸ PROENÇA, Raul – “A decisão da sala de risco”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 189.

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ PROENÇA, Raul – “A situação política”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 183.

¹³¹ *Idem.*

¹³² PROENÇA, Raul – “As atitudes do Sr. Cunha Leal”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 211-212.

¹³³ *Idem.*

políticos.”¹³⁴ Lutar contra este sentimento de impunidade seria para Proença, uma condição necessária para criar uma sociedade decente e organizada, pois “a Republica é uma ideia, um facto da Consciência, uma afirmação moral, uma aspiração do Espírito.”¹³⁵

Combativo, na ânsia de aspirar a uma sociedade menos desigual, ele sabe que “não há (...) triunfo do direito sobre a força, da justiça sobre o privilégio, que não tenha sido considerado como utopia, e não haja custado um esforço enorme de civilização.”¹³⁶ Esperançado, pergunta: “Quem nos diz, pois, que o Igualitarismo esgotou todas as suas possibilidades - que a Razão não continuará a desdobrar-se nos seus corolários -, que se não fará também a igualdade económica, pondo termo a esse privilégio verdadeiramente real que é o privilégio do nascimento?”¹³⁷

¹³⁴ PROENÇA, Raul – “O último movimento revolucionário”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 170.

¹³⁵ PROENÇA, Raul – “A decisão da sala de risco”. in: *Seara Nova - Antologia – Pela Reforma Da República (1921 – 1926)*. Vol. 1, Org. Sottomayor Cardia, Lisboa: Seara Nova, 1971, p. 189.

¹³⁶ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 223.

¹³⁷ *Idem*.

Crítica ao Integralismo Lusitano

Sendo Raul Proença um doutrinador da democracia e acérrimo defensor das instituições republicanas, insurgiu-se sempre com veemência contra todas as doutrinas que atentavam contra o regime. Entre essas doutrinas encontra-se naturalmente o Integralismo Lusitano que para ele mais não é do que uma importação de “ideias fundamentais do reaccionarismo francês,”¹³⁸ que dessa forma, perde credibilidade, pois ignora a identidade do povo português e a sua especial idiossincrasia, tentando aplicar no nosso país o que outrora se fizera por terras francesas.

O Integralismo Lusitano, diz-nos Miguel Real, “nasceu em 1913, na Bélgica, entre os exilados fugidos de Portugal após a segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro. Entre estes, salientavam-se Rolão Preto e Luís Almeida Braga, devendo-se a este último a designação de «Integralismo Lusitano», acolhida, já em 1914, por um pequeno grupo de monárquicos reunidos na Figueira da Foz, constituído por António Sardinha, muito amigo de Luís de Almeida Braga, Alberto de Monsaraz e Hipólito Raposo, que igualmente decide criar a revista *A Nação Portuguesa*, entregando a sua direcção a Alberto de Monsaraz.”¹³⁹

A crer nos integralistas, existe uma distinção fundamental em filosofia política que expressa bem a oposição entre democracia e monarquia e que se materializa na distinção entre “política das ideias” e na “política do facto”. Neste sentido, como apresenta Proença, para eles “a democracia é política das ideias, não atendendo à experiência histórica da humanidade no seu conjunto e à de cada nação em especial, [que] pretende modelar a vida de cada país pelas normas abstractas da razão, impondo-se violenta e artificialmente a verdades indestrutíveis.”¹⁴⁰ E continua: “a democracia é assim uma constante violação dos factos concretos, um permanente desrespeito da vida essencial das nações. Mais não é do que a insurreição do indivíduo contra a espécie,

¹³⁸ PROENÇA, Raul – “Acerca do Integralismo Lusitano”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 34.

¹³⁹ REAL, Miguel – *op. cit.* p. 87.

¹⁴⁰ PROENÇA, Raul – “O que é o integralismo”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 37-38.

como a definia Comte, ela é verdadeiramente a insurreição da razão contra a natureza, dos princípios contra os factos.”¹⁴¹

Pelo que atrás foi dito, para o integralismo, a democracia assenta numa impossibilidade de realização, incorrendo em vários erros, sendo o primeiro, do qual derivam a maior parte dos outros “ a adopção do método do *livre exame*, que aniquila todas as disciplinas tradicionais, [fazendo] tábua rasa do passado e [pondo] a cada geração o problema duma nova criação social”¹⁴². O problema deste método, começa quando a vida social é atacada na sua essência, semeando nos indivíduos um mal-estar generalizado anarquizante, levando-os a insurgir-se contra as condições que a vida em sociedade lhes proporciona. O denominado *método do livre exame* esquece, assim, a carga histórica contida nas “disciplinas tradicionais”, olvidando-se duma componente fundamental do ser humano enquanto ser histórico, ou seja, do passado, acreditando que uma iluminada mente individual será capaz de criar normas abstractas da razão aplicadas correctamente à sociedade.

Outra perigosa ilusão da «política das ideias» reside no cosmopolitismo. Para os Integralistas “não há povos iguais, sendo por isso impossível fazer-se (...) «a fusão de todos os povos numa nação só a que se chama humanidade»,”¹⁴³ pelo que “o dever mais imperativo das nações é considerarem-se como fins em si mesmas, e não como meios de realização de qualquer ideal estranho a elas próprias e transcendendo as suas fronteiras”.¹⁴⁴ Assim, “a monarquia opõe (...) às tendências utopistas do cosmopolitismo a doutrina positiva do egoísmo nacional.”¹⁴⁵

Às “ilusões” que atrás enunciámos, associadas à «política das ideias», “o integralismo opõe uma doutrina absolutamente positiva e científica – doutrina de vida e salvação. Longe de se basear nos princípios abstractos da razão pura, como a democracia, ele parte do estudo das realidades.”¹⁴⁶ Por conseguinte, não existem ideias;

¹⁴¹ *Idem*, p. 37-38.

¹⁴² *Idem*, p. 38.

¹⁴³ PROENÇA, Raul – “O que é o integralismo”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 39.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 40.

ao invés, existem apenas leis científicas e verdades de facto: “é a experiência e a história, (...) que nos dão a conhecer as leis por que se hão-de reger as sociedades.”¹⁴⁷ E mais: “enquanto a República é o regime em que as mesmas instituições e as mesmas leis são impostas pela razão para a índole de povos diversos, a monarquia é o regime do facto, e as suas leis são o produto da experiência particular de cada nação.”¹⁴⁸

Os integralistas ressalvam a importância que têm a herança e a fortuna que desempenham um papel determinante para a escolha das pessoas que irão ocupar lugares de destaque no comando dos desígnios da nação.

Proença não pode aceitar tal, pois para ele um sistema justo deve ter em conta as desigualdades naturais, de modo a que seja dado a cada membro da sociedade o lugar que lhe compete pelo seu esforço e pelas suas aptidões, possibilitando a todos a liberdade de aceder aos cargos de poder e não confinar estes apenas a alguns, tal como pretendiam os defensores do integralismo lusitano. O integralismo, sublinha, desvaloriza o indivíduo na sua singularidade, colocando o átomo da consciência no grupo ao qual ele pertence. Esse grupo tem o seu núcleo na família a qual se agrupa “em municípios dotados de autonomia administrativa.”¹⁴⁹ Com esta posição, o integralismo comprime de forma significativa o sufrágio, pois apenas têm direito de se exprimir através do voto os chefes de família, que representam o seu interesse, bem como o de toda a família.

Consequentemente, a doutrina em questão torna-se pouco representativa da população, dado que esta é impedida de participar directamente nas escolhas dos destinos da sociedade. Nas palavras de Proença: “a função legislativa deixa (...) de ser atribuída aos representantes da nação, dos grupos e das classes, para ser apenas função de uma aristocracia vitalícia da inteligência e do saber técnico, constituída pelo Rei entre os nomes de maior prestígio.”¹⁵⁰

Acreditava Proença que o facto de o poder ser transmitido pelo Rei ao seu descendente de forma hereditária, tal não é garante de boa qualidade de governação. A monarquia desvirtua, assim, a questão social, já que a classe trabalhadora deve limitar-

¹⁴⁷ *Idem.*

¹⁴⁸ *Idem*, p. 40 – 41.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 41.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 42.

se a trabalhar, produzindo, sem se preocupar com as decisões dos detentores dos meios de produção, não podendo manifestar-se ou atentar contra o regime. Desta forma, a tarefa de organizar a sociedade é um assunto que ao operariado não lhe diz respeito. Neste sentido, o integralismo ia ao ponto de defender que “a Monarquia orgânica, tradicional e anti-parlamentarista era a cura radical dos nossos males.”¹⁵¹

Bebendo tais ideias em Maurras, aplicando a fórmula francesa à realidade portuguesa, o integralismo lusitano revela, assim, segundo Proença, falta de inteligência lúcida e uma subserviência aos ideais franceses. Tal filosofia “realista e positivista do facto”, ignorando a realidade das coisas e da nação, não atendia ao livre exame, à liberdade, à igualdade, ao sufrágio popular, ao progresso e ao internacionalismo. Era, portanto, um sistema fechado, dando primazia a uma aristocracia ausente de intelectualidade suficiente para guiar o rumo da nação capaz de lutar contra uma sociedade menos desigual e que atendesse às verdadeiras necessidades das pessoas.

Resume-se ao seguinte a crítica de Raul Proença ao integralismo: padecendo esta doutrina de falta de originalidade e diferenciação face ao integralismo francês, preocupados em copiar as ideias, os seus mentores esqueciam-se de tentar perceber até que ponto essas ideias são exequíveis entre nós. Acresce que a mesma desvendava fraca lealdade de consciência, já que dava ares de singularidade de pensamento: o autor considera que essa doutrina revelava um “desconhecimento dum facto psicológico capital, ou seja, a natureza essencialmente racional do homem,”¹⁵² já que essa preferia “a tradição nacionalista à tradição universalista, a tradição antiparlamentar à tradição parlamentar.”¹⁵³

¹⁵¹ *Idem*, p. 45.

¹⁵² *Idem*, p. 64.

¹⁵³ *Idem*, p. 66.

Crítica à Ditadura e à Revolução

Sendo que a revolução “implica a criação de uma nova ordem social e de novas formas jurídicas, o corte com a tradição, isto é, a destruição de uma certa organização social até então vigente,”¹⁵⁴ essa, não era, na opinião do autor, uma prioridade. Para ele, ao invés de se invocar a todo o momento a revolução, urgia antes, com o objectivo de tornar a nação autónoma e organizada, fazer as seguintes questões: “Que conjunto de ideias, de aspirações, de sentimentos deveriam dominar em Portugal para o maior bem comum?”¹⁵⁵ Ou ainda: “Que forças há a pôr em acção e que processos e veículos de propaganda, para convencer a parte pensante e actuante da gente portuguesa a adoptar essas ideias e a compenetrar-se desses sentimentos?”¹⁵⁶

Proença considerava que, mais importante do que falar constantemente em ditadura e revolução, o ideal era fazer a revolução mais prioritária e urgente, ou seja, a revolução dos espíritos, já que estabelecer uma ditadura ou uma revolução, sem primeiro levar a cabo a revolução dos espíritos, era contraproducente, pois agravaria os problemas do país. É que, para ele, era deveras fulcral que o país, em vez de pensar numa revolução e num novo começo, pensasse antes em ter um rumo, uma ideia capaz de galvanizar as pessoas e a sociedade no sentido da modernização e do progresso.

Mas pretender uma revolução dos espíritos não era tarefa fácil. Portugal não era propriamente um país que se encontrasse na linha da frente, ao nível do desenvolvimento, com governantes, elites políticas e, por conseguinte, população atrasados. Proença constatava que o atraso cultural das nossas gentes e o elevado nível de iliteracia e analfabetismo eram um entrave para o desenvolvimento e alertava para o facto do cidadão português ser em geral “pouco inteligente”, na medida em que acreditava que a ditadura o podia salvar. De facto, uma população pouco inteligente torna-se facilmente manipulável e pode ser levada a acreditar em realidades que se revelam bem nocivas para o desenvolvimento do país. Mesmo em sociedades

¹⁵⁴ MORÃO, Artur – “Revolução”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992, Col. 753.

¹⁵⁵ PROENÇA, Raul – “Revolução e Ditadura”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 3. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 88.

¹⁵⁶ *Idem*.

democráticas, quando a maioria da população é ignorante, isso representa um sério problema e um grave perigo para o regime.

Raul Proença defendia, assim, que a ditadura não resolveria nenhum dos problemas do país, pelo contrário, agravá-los-ia. Como nos diz Ângelo Alves “a ditadura é sempre uma ruptura, em geral violenta, (...) gerada por crises (políticas, económicas, sociais), (...), [que] procura restabelecer a ordem ameaçada ou subvertida, [designada por] ditadura conservadora, ou instaurar uma nova ordem, [quando se trata de uma] ditadura revolucionária.”¹⁵⁷ Independentemente da feição que a ditadura apresente, ela é, continua este autor, “um regime de excepção, que restringe as liberdades públicas e individuais, quando não as suprime pura e simplesmente.”¹⁵⁸ Refere ainda que a ditadura recorre também a “formas espectaculares e maciças de adesão ou consenso: manifestações e desfiles que, por sua elevada temperatura emocional assumem um carácter quase ritual. (...) É a sacralização ou «divinização» do chefe, do partido ou da classe, (...) com o objectivo de legitimar o poder numa só mão ou em um centro de decisão único.”¹⁵⁹

Referindo-se especificamente ao fascismo, escreve Proença: “não se trata duma evolução normal da sociedade: trata-se, sim, dum desvio mórbido, que encontrou germes anteriores e uma atmosfera maravilhosamente preparada, pela decadência das personalidades políticas bem intencionadas e pela lentidão da Democracia em organizar-se segundo as necessidades novas do mundo.”¹⁶⁰ Devido à incapacidade organizativa da democracia, Proença olhava com apreensão para a realidade nacional, pois via um país mergulhado em problemas nas mais diversas áreas, desde a justiça, passando pela educação, entre outras. Acresce o facto de o parlamento ter caído num total desprestígio, não sendo um verdadeiro órgão representativo da opinião e vontade nacionais. Tudo indicava, na sua opinião, que o país seguia a passos largos para o fim anunciado, ou seja, a ditadura. Esta situação preocupava-o, pois se olharmos para a história, a ditadura tem sido muito mais nefasta do que o regime parlamentar. Mais

¹⁵⁷ ALVES, Ângelo – “Ditadura”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 1, 1992, Col. 1451.

¹⁵⁸ *Idem.*

¹⁵⁹ *Idem.*

¹⁶⁰ PROENÇA, Raul – “O Fascismo e as suas repercussões em Portugal”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 3. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p.142 - 143.

preocupante era verificar que aqueles que se colocavam nas fileiras da ditadura apoiavam uma ditadura de incompetentes ou uma ditadura do acaso, da aventura, do desconhecido.

Esta situação tornava-se mais gravosa dado que as elites políticas se revelavam incompetentes, sem ideias, sem planos para o futuro do país. Dessa forma, o país vivia mergulhado numa incerteza, perante tanta incapacidade dos governantes. Assim, tal como fizeram outras nações, era necessário preparar uma verdadeira elite da técnica e da cultura capaz de atender às necessidades da sociedade. Era fundamental que se tivesse em conta a causa pública e o bem comum, que seria, segundo o autor, a primeira condição de vitória.

Defensor dos ideais democráticos, considerava como seus adversários, “todos os que em Portugal [pretendiam] consolidar o regime das oligarquias, destruir as liberdades, perseguir os republicanos, afogar todas as reivindicações da democracia, e por fim assegurar a manutenção (...) [da] «política dos negócios».”¹⁶¹

¹⁶¹ PROENÇA, Raul – “Revolução e Ditadura”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 3. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 90.

A Questão da Educação e as verdadeiras necessidades da pedagogia

A questão da educação foi desde a juventude de Raul Proença um dos temas centrais da sua reflexão. Considerava ele que para combater o atraso civilizacional em que o país se encontrava, era fundamental dar mais atenção à educação e à pedagogia, “a educação era (...) uma espécie de imperativo ético com vista à melhoria das almas dos homens e conseqüentemente ao aperfeiçoamento da sociedade (...)”¹⁶²

Num dos volumes editados pela *Seara Nova* que versam sobre o seu pensamento político, Proença refere claramente que num país em decadência, a educação é uma das questões fundamentais a que se tem inevitavelmente que atender para que seja possível progredir. Podemos, com ele, seguramente, afirmar que um país mais educado e conseqüentemente mais culto, porque é constituído por uma população mais conhecedora e esclarecida, é certamente um país melhor preparado para enfrentar todo o tipo de problemas que o autor classifica do seguinte modo: “problema de educação superior, de educação social, de educação popular,” porque “sem a formação de um escol intelectual e um profundo movimento de opinião pública, não é possível qualquer tentativa séria de regeneração”; “problema de educação profissional”, porque “é na escola que se tem de fazer (...) a educação «trabalhista»”; “problema de educação humanista”, porque “não está provado que as esferas superiores da actividade (...) não exerçam influência sobre as inferiores”¹⁶³. Por fim, considera importante o problema da educação intelectual geral, “porque a decadência do nosso país não reside apenas na desorganização e incapacidade económica, mas numa profunda degeneração de toda a actividade mental.”¹⁶⁴

Raul Proença, quando aborda o problema da educação, estabelece uma clara distinção entre educação e instrução, pois ele entende a instrução “como um simples

¹⁶² NATÁRIO, Celeste – *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2005, p. 119.

¹⁶³ PROENÇA, Raul – “O problema da educação”. in: *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. Vol. 2. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 81.

¹⁶⁴ *Idem*.

processo quantitativo de fornecimento de conhecimentos,¹⁶⁵ ao passo que a educação seria “o processo qualitativo de transmissão de novos valores.”¹⁶⁶

É precisamente nesta distinção que reside a fonte dos problemas educativos. O próprio Proença disso se apercebeu aquando da sua experiência enquanto aluno liceal, constatando o enorme facilitismo vigente nos liceus, a par de um ensino extremamente autoritário, com aulas demasiado longas e sem condições ao nível das instalações, o que desfavorecia a aprendizagem. A crítica de Proença vai mais longe, pois considera os professores impreparados para a sua função, com métodos retrógrados e tradicionalistas sem conhecimentos ao nível da pedagogia experimental.

Relativamente ao ensino universitário, diz-nos António Reis que Proença considerava-o “oco, palavroso e superficial, autêntica «retorta donde sai a drogaria política dos venenos nacionais» e infelizmente preferido ao ensino industrial, agrícola e comercial, donde poderiam sair homens de trabalho útil e fecundo. Todo o ensino deveria, pois, ter um fim «absolutamente prático e humano», formando o raciocínio por via de uma instrução experimental, o carácter por via da educação de uma vontade forte e perseverante, e a habilidade profissional por via da adestração prática.”¹⁶⁷

Em consequência, Raul Proença propõe “ «um liceu em que se ministre o ensino cientificamente ordenado dos músculos, do cérebro e dos sentimentos»,¹⁶⁸ que englobe a ginástica como base física do *selfcontrol* e da educação da vontade, o ensino prático-experimental e só depois teórico das diferentes ciências e línguas vivas, com o latim remetido para o ensino superior, e o ensino de uma filosofia e uma moral racionais ao serviço do «intuito social».”¹⁶⁹ Um ensino, portanto, que “deveria visar, após uma base geral e humanística, a adestração para os diferentes mesteres numa especialização utilitária a nível superior.”¹⁷⁰

¹⁶⁵ REIS, António – *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p.73.

¹⁶⁶ *Idem*.

¹⁶⁷ *Idem*, p.61.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 60.

¹⁶⁹ *Idem*.

¹⁷⁰ *Idem*.

Proença vaticinava que o esforço educativo deveria ser direccionado para as elites - entendidas estas nos planos intelectual e moral -, futuras classes dirigentes, advogando que a reforma mental ambicionada está directamente ligada ao êxito das transformações institucionais e materiais do país. Para a resolução dos problemas sociais que assolavam Portugal, o remédio passaria pelo ensino, que inevitavelmente melhoraria a moralidade pública, estabelecendo ainda, ordem na democracia e prosperidade económica.

Dito isto, facilmente tomamos conhecimento de que o problema pedagógico não se pode separar, na opinião do autor, do problema moral e do problema político.

2 - A realização social da República

A Igualdade Social e a Liberdade Social

Ao analisarmos o pensamento político de Raul Proença, com naturalidade constatamos ser a democracia o melhor dos regimes, pois, tendo em conta, a importância concedida por ele ao respeito pela pessoa humana em todas as suas manifestações sociais, só ela se encontra em condições de oferecer esse propósito ético. A democracia é a mais importante e decisiva criação social, dado que permitiu um acréscimo da melhoria de vida dos seus concidadãos. Contudo, ela tem sido muitas das vezes desvirtuada pelo abuso e pela manipulação por parte dos agentes que controlam as instituições democráticas.

Proença concordaria certamente com Fernando Savater, quando, a este propósito, afirma que “não há invenção mais revolucionária no terreno político nem melhor via para que a ética logre subverter o enfeudamento político ao futuro e reivindique a emancipação do presente,”¹⁷¹ acrescentando que “nada em política é revolucionário nem subversivo se não for democrático [pois] fora da democracia, tudo é regresso aos métodos mais velhos do mundo, à autocracia, ao terror, ao paternalismo, aos poucos que decidem «porque sabem na verdade o que os outros querem ou o que a pátria ou o povo exigem», e aos muitos que não se atrevem a querer, nem chegam a saber nem a poder decidir.”¹⁷²

Um dos aspectos centrais do pensamento político do autor que temos vindo a analisar tem que ver com a importância dada ao valor da igualdade na organização da sociedade, o que leva a caracterizá-lo, desde logo, como igualitarista. O igualitarismo seria um ideal que vale a pena tentar alcançar, e um objectivo político pelo qual há que lutar com acuidade.

A este propósito, Manuel da Costa Freitas refere que a igualdade é uma “categoria particularmente relevante nos domínios da moral, do direito, da sociologia e da política, em cujo âmbito [se] exprime a equivalência de dignidade, de direitos fundamentais e de

¹⁷¹ SAVATER, Fernando – *op. cit.* 93.

¹⁷² *Idem.*

direitos e deveres sociais entre duas ou mais pessoas.”¹⁷³ Diz também que, “a história social e económica dos povos primitivos mostra que a igualdade e a reciprocidade estiveram sempre na base das trocas praticadas pelas sociedades mais simples e rudimentares”¹⁷⁴ e que “[o] simples ideal de justiça, representado aliás pelo símbolo da balança, evoca ideias de igualdade, de proporção e equilíbrio.”¹⁷⁵

Os defensores do igualitarismo, em regra geral, encontram uma motivação moral para alcançar esta igualdade, que se pode basear “na crença cristã de que somos todos iguais aos olhos de Deus, numa crença kantiana na racionalidade da igualdade de respeito de todas as pessoas, ou (...) numa crença utilitarista de que tratar todas as pessoas como iguais é a melhor forma de maximizar a felicidade.”¹⁷⁶

No contexto político, tal conceito “perde toda a sua significação se não especificarmos qual a forma de distribuímos igualitariamente, ou mais igualitariamente as diversas coisas, como por exemplo, o dinheiro, o acesso ao emprego e o poder político. Só assim se pode conceder igualdade de respeito a todos os seres humanos.”¹⁷⁷

Proença opõe-se aos chamados defensores da “política do facto”, que, acreditando serem os únicos a olhar para a realidade, consideram que aqueles que defendem a democracia, se afastam das realidades concretas, vivendo numa ilusão permanente, dado que conceitos como igualdade não podem nunca ser levados à prática. Esta crítica reaccionária à democracia, segundo o nosso autor, incorre em dois erros: o primeiro, é o desconhecimento da tese em discussão, pois os igualitaristas não defendem uma igualdade absoluta, o que seria impensável, dado que não existem dois seres humanos iguais; o segundo erro dos críticos da democracia consiste no facto destes ignorarem a especificidade do fenómeno humano, ou seja, a capacidade humana de distinguir através da sua consciência o bem do mal, não se cingindo apenas ao que a natureza lhes proporciona.

Em boa verdade, Proença reconhece as diferenças individuais, consciente de que a própria natureza é anti-igualitária, porque indiferente à moral, ao direito, à justiça: “(...)

¹⁷³ FREITAS, Manuel da Costa – “Igualdade”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 2, 1992, Col.1293.

¹⁷⁴ *Idem*.

¹⁷⁵ *Idem*, Cols.1293 - 1294.

¹⁷⁶ WARBURTON, Nigel – *Elementos Básicos de Filosofia*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007, p. 114.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 115.

o que o homem vê na natureza é a desigualdade das condições – e quer a igualdade; a luta – e quer a paz; o triunfo do mais forte – e quer a justiça. Não há dúvida alguma que assim contradiz a natureza. Mas toda a glória da espécie humana está nesta contradição.”¹⁷⁸

Como democrata empenhado civicamente por uma república mais fraterna, luta contra a natureza, ainda que esteja consciente de um problema insolúvel que ele explicita assim: “dum lado o democrata, que afirma a igualdade, do outro a natureza que a refuta, dum lado, o utopista que teima absolutamente em a realizar, do outro a força das coisas, conspirando a cada momento contra ela.”¹⁷⁹

O homem aspira à igualdade, mas tem que travar uma luta árdua para que ela seja possível, dado ser com dificuldade a ordem humana possa sobrepor-se à ordem natural e é esse o desafio, pois não admitir que o homem com as suas capacidades intelectivas não consegue introduzir nada de novo na sociedade é, para Proença, um autêntico absurdo.

De uma forma sintética, podemos afirmar que no fundo o igualitarismo parte de dois princípios: em primeiro lugar, o homem não pode ser o simples instrumento de outro; em segundo lugar, há que saber que os homens são mental e moralmente diferentes. Partindo destas premissas, esta doutrina pretende “que os homens sejam tratados como iguais, pelo que neles há de igual; como diferentes, pelo que neles há de diferente.”¹⁸⁰

Neste sentido, sendo a democracia, por excelência, o regime da igualdade de oportunidades, deve, então, enaltecer aqueles que melhor se distinguem nas diferentes áreas da sociedade, premiando os melhores pelo seu esforço individual e pela contribuição dada à comunidade. Dessa forma, incentiva a competitividade saudável entre os cidadãos, o que origina um aumento de auto-estima dos próprios, pois sentem que contribuem para o melhoramento da sociedade.

Proença não esquece as hierarquias existentes na sociedade democrática, considerando-as fundamentais, e opina que a hierarquia tem que ser fundada na justiça. Quanto à ordem social tem que seguir uma ordem natural, sem suprimir a organização

¹⁷⁸ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra Política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 213.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 216.

social, devendo contribuir, por isso, para “produzir um maior ajustamento dos indivíduos às suas funções.”¹⁸¹

Assim, considera ele que os democratas, ao contrário dos reaccionários, é que são verdadeiramente os “partidários do facto” porque respeitam as igualdades de facto e as diferenças de facto. Importa, então, respeitar essas diferenças individuais inerentes ao ser humano. Arriscamos até a dizer que a sociedade que melhor consegue fazer isto é seguramente uma sociedade mais justa e também uma sociedade mais bem ordenada.

Na opinião de Proença, os reaccionários fundam toda a sua teoria em factos erróneos, dado que não têm em consideração os “factos da consciência”, como o conjunto de igualdades e desigualdades existentes na sociedade que devem acima de tudo ser fundadas na justiça, preocupando-se somente com realidades de natureza social imutáveis. E isso com a agravante de que a organização social é regida por outras componentes que falseiam a verdade democrática e política, como, por exemplo, o sistema de compadrios existente na sociedade à data ou o privilégio do nascimento.

Tal como Proença, reiteramos que, independentemente das crenças de cada um, todo o homem ponderado aceitará que os valores da democracia são aqueles que garantem maior desenvolvimento das capacidades individuais e o florescimento de uma comunidade mais humana e justa. Daí que, para o autor é “necessário demonstrar – não que a igualdade não é (...), mas que não possa ser, que não deve ser.”¹⁸²

Segundo ele, a história comprova como o igualitarismo tem possibilidades de realização e, mais do que isso, como ele contribuiu de forma categórica para o progresso social. A possibilidade do igualitarismo reside precisamente em apresentar-se como algo que está em permanente construção que, a par da justiça não pode ser desligada da realidade: “o homem aspira à igualdade, à justiça, por uma necessidade da sua consciência.”¹⁸³

Ficou patente que, para Proença, o valor da igualdade é fundamental, pois defende o entendimento do ser humano como fim em si mesmo e não como meio, como instrumento, para alcançar outro fim. Defende, em consequência, que não há progresso social quando se degradam as condições de vida da população. Deste modo, a industrialização e o aumento de conhecimentos científicos devem colocar-se ao serviço

¹⁸¹ *Idem*, p. 225.

¹⁸² *Idem*, p. 220.

¹⁸³ *Idem*, p. 222.

dos cidadãos e contribuírem para o aperfeiçoamento da sociedade, evitando o perigo real das sociedades modernas que é o do progresso tecno-científico governar em vez de se deixar governar. Por outro lado, o ideal igualitário não pode ser separado, por parte dos que pugnam pela organização da sociedade, do sentido de justiça, tendo em vista a dignidade da pessoa humana e não o privilégio de alguns. Outro valor fundador da democracia é a liberdade, que não pode ser entendida fora da sua relação com a igualdade. Para Proença, igualdade e liberdade não são valores contraditórios, antes se complementam.

Opinião contrária tinham alguns críticos da democracia, argumentando que estes dois valores, que estiveram na génese da democracia, constituíam a principal fonte de destruição do regime. Proença contrapunha, defendendo que a visão dos críticos reaccionários prende-se com o facto deles olharem para estes valores de modo absoluto, não descendo às realidades concretas, permanecendo a sua crítica em ideologias abstractas.

Na opinião do autor, a liberdade é possível, uma vez que, ao invés de “implicar a supressão de toda a regulamentação social, é ela mesma um produto da regulamentação.”¹⁸⁴ Para ele, a liberdade deve ser para todos e não para alguns o que só é exequível se tiver em conta o domínio da lei e da disciplina. Defende que a liberdade, nos seus mais variados domínios (de crenças, de imprensa, de reunião) é um direito inalienável de qualquer ser humano e que, por isso, não diz respeito “a qualquer estado anárquico de vontades desregradas exercendo-se sem regras nem limitações no puro arbítrio da violência.”¹⁸⁵

¹⁸⁴ PROENÇA, Raul – “Liberdade e Igualdade”. in: *Obra Política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 80.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 81.

Respeito pela hegemonia do espírito e pela liberdade humana

Se aceitamos que a democracia é o regime que, por definição, reconhece e respeita a liberdade de cada indivíduo, com Proença afirmamos que é o regime em que a liberdade pessoal é reconhecida como o maior dos bens.

A liberdade, pilar da ideologia democrática, é que torna possível ao homem ser fiel a si mesmo, ao seu próprio pensamento. Neste sentido, a democracia dá particular atenção ao respeito pela dignidade de pensar e à decorrente possibilidade do ser humano se expressar livremente. A importância da liberdade advém da sua profundidade e radicalidade que assenta no facto de, com ela, “tocarmos imediatamente na *essência do que significa ser homem* – um ser de perene in-definição e abertura ao infinito e sempre situado, interligado, histórico-mundano, finito.”¹⁸⁶

Sant’Anna Dionísio, ao debruçar-se sobre o pensamento de Raul Proença acerca da liberdade, não tem dúvidas em afirmar que este foi, acima de tudo, um “campeão da liberdade”. Nas subsequentes palavras de Proença, percebemos o porquê desta afirmação: “(...) para um verdadeiro democrata, não há apenas a liberdade, mas nada existe, como fim humano, superior à liberdade; nada se pode fazer só com a liberdade, mas nada de humano se pode fazer também sem ou contra ela.”¹⁸⁷

Sendo a democracia o regime que não restringe a participação apenas aos aristocratas, mas antes a generaliza, Proença defendia uma maior liberdade de pensamento que não amordaçasse a opinião de cada um, que naturalmente poderia ir contra a dos detentores das decisões políticas, expressa, certamente, com dignidade e elevação mental. É que “nunca o verdadeiro democrata pode reconhecer ao Estado qualquer valor absoluto sobre o indivíduo”, pois “a democracia visa a servir o indivíduo e não a oprimi-lo.”¹⁸⁸

É evidente que um estado justo deve ter a preocupação com a distribuição mais ou menos igualitária dos diferentes bens por forma a tornar a vida dos seus cidadãos mais

¹⁸⁶ TEIXEIRA, Joaquim de Sousa – “Liberdade”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 3, 1992, Col.353.

¹⁸⁷ PROENÇA, Raul – “Ainda a Liberdade”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 4, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 115.

¹⁸⁸ PROENÇA, Raul – “Da necessidade prévia de defender a democracia das suas aberrações”. in: *Obra Política de Raul Proença: Páginas de Política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 197.

digna. No entanto, para Proença o problema era bem mais abrangente e profundo, pois considerava que, para além da distribuição das riquezas materiais, era fundamental uma “actualização das indefinidas riquezas espirituais que cada pessoa traz consigo em virtualidade e em regra se perdem por culpa das leis e das circunstâncias em que vive.”¹⁸⁹

De que serve a riqueza material se a pessoa é desrespeitada nos seus mais elementares direitos, ou seja, se não se tiver em atenção a liberdade de ideias e de crenças? Proença sustentava que a pessoa deve viver livremente para poder pensar de forma fecunda.

Aqui residia a “pedra de toque” da democracia de então, pois na opinião de Proença, em geral o povo português era constituído por pessoas pouco estimuladas e habituadas a pensar, sendo conseqüentemente maus democratas. Ora a democracia exige elevado sentido ético e capacidade reflexiva por parte da população, capacidade essa que se revela indispensável como correctivo para os exageros de quem tem em mãos o destino do país. Sendo o povo incapaz de, por si só pensar ou de se exprimir de forma justa, era fulcral caminhar no sentido de instaurar uma nova mentalidade, capaz de atender aos problemas do presente, mas acima de tudo com capacidade de olhar para o futuro.

Ao abordarmos a questão da liberdade, não podemos deixar passar em claro a importância dada por Raul Proença à liberdade de imprensa, pois um regime em que a liberdade de imprensa é respeitada é um regime que demonstra maturidade, dado que essa liberdade contribui para o engrandecimento da sociedade e para o progresso social. Diz-nos o autor: “A liberdade da imprensa é uma das liberdades mais essenciais ao progresso de uma nação. Sem liberdade de imprensa, não há regularidade, não há moralidade governativa, não há elementos de civilização.”¹⁹⁰

Atendendo à liberdade de opinião, conseqüentes discussão e tolerância em relação aos diferentes pontos de vista, os governantes de um estado democrático devem, segundo o autor, ser escrutinados pela imprensa que deve informar de forma isenta e verdadeira, fazendo com que a opinião pública se torne esclarecida e contribua para o florescimento de uma comunidade mais rica nos diversos domínios. Segundo ele, nada

¹⁸⁹ DIONÍSIO, Sant’anna – *op. cit.* p. 88.

¹⁹⁰ PROENÇA, Raul – “Liberdade”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 4, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 223.

deve escapar ao exame da imprensa, desde os assuntos políticos, passando pela religião, a literatura, a economia, a administração, etc. Proença é claro quando afirma que “A imprensa é a história do dia de hoje: quem tenta impedir que ela se faça com esse rigor, essa imparcialidade e essa justiça que produzem a verdade, é um ferrenho inimigo da civilização.”¹⁹¹ Querer ofuscar a imprensa era contribuir para o empobrecimento cívico e cultural da nação, silenciando a vida pública, oprimindo a população e favorecendo a impunidade daqueles que se servem da república.

Todavia, Proença alertava para o facto de que nem todo o jornalismo era credível, incapaz tantas vezes de se desprender de ódios e paixões que em nada facultavam a verdade. Mesmo assim, o autor considerava que todo o jornalismo deveria ter o direito de se expressar, sendo que depois a opinião pública deveria escolher aquele jornalismo que se inspira na justiça e na razão.

Relativamente à liberdade religiosa, apesar de o autor professar o ateísmo, já que entendia que o acto de moralidade pura é aquele que não necessita da ideia de Deus para ser praticado, apelava à tolerância religiosa, por considerar que ateísmo e deísmo são duas formas igualmente legítimas de nos posicionarmos defronte dos problemas da humanidade. Para ele, existem duas formas de conferir sentido à vida: uma passa pela crença em Deus; a outra, pela libertação de aprisionamentos a normas sobre-humanas, no entanto, as duas são perfeitamente licitas desde que direccionadas para o bem, com o fim último de dar sentido e engrandecimento ao curso da existência.

Vigoroso defensor da liberdade, Proença sustentava que esta era uma condição essencial para o futuro de qualquer nação que tenha em conta o respeito pela dignidade da pessoa humana: “Amemo-la muito, queiramo-la muito, porque sempre que o homem deu um passo para diante, no grande caminho da história, entrecortado de trevas e de crimes, ele praticou um acto de generosa e pujante liberdade.”¹⁹²

¹⁹¹ *Idem*, p. 224.

¹⁹² *Idem*, p. 225.

A consciência supranacional

Insistia com veemência o pensamento reaccionário na tradição e nas “irredutibilidades nacionais”. Pilar do pensamento nacionalista, a tradição, pela qual os conservadores nutriam gosto e amor, era considerada, de acordo com o que escreve Miguel Real, “o seguro método para fazer participar cada um de nós nos grandes feitos dos nossos avós.”¹⁹³ Acrescenta Celestino Pires que ela pode ser entendida de dois modos diversos: “se, por um lado, possibilita a compreensão ao homem que reconhece e aceita a sua situação histórica e se abre a novas perspectivas, por outro, [é] entendida como norma absoluta de verdade, como autoridade inviolável em ciência, em filosofia, etc., [paralisando] o pensamento”¹⁹⁴ - é deste modo que a vêem os nacionalistas.

Uma das principais figuras do nacionalismo português, António Sardinha, ao idealizar Portugal, intitulava-o de «Portugal-Maior», recobrando-o “na sua figuração concreta, social, presente no primeiro quartel do século XX, pela ideologia própria de um Portugal rural, católico, tradicional (...)”¹⁹⁵

Raul Proença considerava errado os nacionalistas darem à tradição uma extensão que ela não comporta ao tomarem “como tradicional tudo quanto é histórico – e tanto mais tradicional quanto mais histórico.”¹⁹⁶ Esta forma de entender o conceito retirava-lhe o verdadeiro significado, dado que, considera ele, a verdadeira “significação etimológica, fecunda, histórica da palavra – não é o que é passado, mas o que, sendo presente, tem as suas raízes no passado”¹⁹⁷. Ilustra: “(...) o feudalismo, a organização em castas, a monarquia absoluta, a autoridade à antiga, as regalias da nobreza - (...) embora tivessem sido longa, duradouramente no passado, não correspondem a realidade alguma, nem material nem mental, do presente -, já não constituem tradições. Deixaram

¹⁹³ REAL, Miguel – *op. cit.* p. p 234 - 235.

¹⁹⁴ PIRES, Celestino – “Tradição”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 5, 1992, Col.254.

¹⁹⁵ REAL, Miguel – *op. cit.* p. 235.

¹⁹⁶ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 247.

¹⁹⁷ *Idem.*

de ser tradições, para ser história apenas.”¹⁹⁸ Para o autor, a verdadeira tradição é a tradição democrática.

Proença critica de forma severa os nacionalistas quando estes advogam serem os verdadeiros defensores da tradição, esquecendo que as descobertas e as invenções protagonizadas pelo avanço da ciência e da técnica, nomeadamente a partir do século XVII, é que tornaram possível um maior desenvolvimento e progresso das nações. Pelo contrário, a tradição estava associada à falta de empenho, “à falta de iniciativa, de solidariedade, de coragem moral, ao egoísmo dos homens de fortuna (que se sentem socialmente desobrigados (...)).”¹⁹⁹ Questiona, então, se devemos ser cúmplices, perante esta tradição viciosa, sem nos opormos resistentemente, dado que as tradições, tal como as vêem os reaccionários, nada são abonatórias de um regime que pretenda ser justo.

No tocante às “irredutibilidades nacionais”, Proença é incisivo quando alega que a democracia as nega, afirmando, isso sim, as particularidades nacionais. É partindo destas particularidades, que, para o nosso autor, a democracia faz a apologia do universalismo, sem olvidar não só a distinção geográfica dos povos, como também as suas diferenças em termos sócio-culturais. A posição mais equilibrada e sensata que a democracia pode ter, quando atinge um certo de nível de civilização, na opinião de Proença, é reconhecer que “*nem tudo diferente, pois, nem tudo igual.*”²⁰⁰ Partindo deste princípio, o autor levanta as seguintes questões: “Em que medida o que há de diferente exige instituições diferentes? Em que medida o que há de comum exige instituições comuns?”²⁰¹

A democracia, defende, é válida para todos os povos, e tanto mais quanto eles atinjam maior nível de civilização, sendo capazes de colocar acima do patriotismo o amor da humanidade e da justiça. Raul Proença questiona, conseqüentemente, a legitimidade do “patriotismo fanático dos nacionalistas.”²⁰²

O problema central, segundo ele, colocava-se nos seguintes moldes: terão ou não certos povos atingido “certo grau comum de consciência, medida da sua comum

¹⁹⁸ *Idem.*

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰⁰ *Idem*, p. 231.

²⁰¹ *Idem.*

²⁰² *Idem*, p. 230.

civilização, e que se traduz pela vontade de serem tratados como homens, e não como instrumentos de outros homens, e por um mínimo de capacidade mental e de *self-contrôle*?”²⁰³ Sendo assim, “qual a forma de governo (...) tornada possível por aquela capacidade e aquele poder de controle?”²⁰⁴

Proença sustentava que a democracia é o regime que melhor serve os diversos povos e que se ela não serve dois povos distintos é porque esses povos não fazem parte da mesma civilização, o que não merecia o acordo dos críticos da democracia, que entendiam que o facto de um regime servir os interesses de uma nação tal não quer dizer que sirva de igual forma os interesses doutras, considerando o regime democrático um “absurdo universal e intemporal”²⁰⁵, ao passo que a “Monarquia seria uma verdade incondicional, eterna, absoluta.”²⁰⁶

O pensamento nacionalista apresenta-se contraditório, defende o nosso autor, pois, pergunta, “como conseguem [eles] conciliar a sua vontade de particularismo com o cristianismo”²⁰⁷ que dizem professar? E como pode defender simultaneamente o particularismo e apregoar o nacionalismo como remédio para todos os males universais? Deste modo, pensa, o nacionalismo, por definição, não é universalizável.

Maurras, autor de eleição dos nacionalistas portugueses, afirmava de forma explícita: “ «Autoridade em cima, Liberdade em baixo» ”.²⁰⁸ Estas duas condições “podiam ser satisfeitas pela monarquia porque ela se centrava no interesse nacional e só utilizava o poder supremo directamente para fins nacionais.”²⁰⁹ É o que sobressai, segundo Proença, no ideário nacionalista: o exercício ilimitado do poder nas mãos de uma facção, uma vontade de domínio, um exacerbado enaltecimento do triunfo.²¹⁰

²⁰³ *Idem*, p. 231.

²⁰⁴ *Idem*.

²⁰⁵ *Idem*, p. 232.

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ *Idem*, p. 233.

²⁰⁸ MORROW, John – *História do Pensamento Político Ocidental*. Sintra: Publicações Europa – América, 2007, p. 149.

²⁰⁹ *Idem*, p. 149.

²¹⁰ PROENÇA, Raul – “As contradições íntimas do nacionalismo integralista”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*, Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 48.

Proença não nega o patriotismo, mas apenas o concebe se a vontade de cada um for respeitada e o homem tratado como homem, sem imposições monopolizadoras por parte de um partido. Ser patriota, na opinião do autor, é reconhecer as diferenças individuais que se traduzem nas diversas crenças de cada cidadão. Os democratas são mais patriotas que os reaccionários, dado que pátria se identifica com a razão universal. Pelo contrário, os fenómenos de massas que denotavam nacionalismos exacerbados, nomeadamente nos campos desportivo e cultural, entre outros, não são senão funestos aos desejos da população e, por conseguinte, à paz mundial, pois é assente que os homens querem a paz e não a guerra.

Proença vai mais longe, ao asseverar que os factos da economia e da cultura remetem-nos para o universalismo e para a paz. Os progressos técnico-científicos aproximaram os povos: “Hoje, o progresso incessante das comunicações – o caminho-de-ferro, o vapor, a navegação aérea, o telégrafo eléctrico, a radio-telefonía, aproximaram intimamente os povos, deram-lhe costumes idênticos, mentalidades afins, uma cultura geral uniforme, gostos comuns, necessidades similares.”²¹¹ Assim, esta interdependência e esta solidariedade entre os estados deram ao homem a sensação de viver num só mundo, sentindo-se, pela força das coisas, um «cidadão do universo».²¹² Perante a evidência de tais factos, pergunta Proença: “Que pode isto significar?”²¹³ Prontamente se apressa a responder: “Que ao antigo regime de nações económicas independentes se substituiu uma Comunidade Económica Mundial de que todos fazemos parte. E que assim toda a guerra redundava em prejuízo de todos os povos do planeta. A Paz é necessitada não já só, pois, por um ideal moral, como pelo simples instinto de conservação.”²¹⁴

Proença corroborava que uma Europa unida e pacificada hasteada sobre as bases da solidariedade era fundamental para uma economia saudável. Na sua opinião, só assim se poderia “pôr cobro à desordem da produção, à vida cara, ao desemprego, à anarquia.”²¹⁵ Naturalmente que os Estados Unidos da Europa só poderiam ser pensados

²¹¹ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 239.

²¹² *Idem*.

²¹³ *Idem*, p. 240.

²¹⁴ *Idem*.

²¹⁵ *Idem*, p. 241.

e passados à prática se existisse uma “autoridade supranacional reguladora de todos os conflitos.”²¹⁶ Sem uma ordem jurídica internacional, esta aspiração não poderia ser exequível.

Ao longo da história da humanidade, foram vários os filósofos que detiveram a sua atenção sobre esta problemática, manifestando admiração por esta ideia. Entre eles, encontram-se Espinoza e, mais explicitamente, Kant. Este defende no *Tratado da Paz Perpétua* que “o aparecimento da nossa espécie tem por finalidade o reino da lei e da paz universal, e que, contudo, o estabelecimento da justiça pública – o maior problema para a espécie humana, o mais difícil – nunca pode ser considerado como um assunto regulamentado. Só o estabelecimento de uma «sociedade das nações», submissa a uma legislação internacional, permitirá ao homem aceder à paz e à ordem jurídica (condição de toda a verdadeira autonomia) e de ultrapassar verdadeiramente a sua selvajaria original.”²¹⁷

Para Proença, o ideal de paz preconizado por Kant, e que ele próprio defendia, era uma lei de necessidade, que só poderia efectivar-se mediante duas condições: a primeira, ter em atenção uma educação universalista, colocando de parte a cultura exasperada do orgulho nacional, isto é, o que se pretendia seria uma educação humanista; a segunda, ser necessário convencer os povos de que a paz e a boa ordem só seriam possíveis mediante a criação de uma Europa Federativa assente “numa força coercitiva supranacional [que contemplasse] uma Justiça internacional e um Exército internacional.”²¹⁸ Porém estas condições só seriam realizáveis se sacrificássemos as anárquicas soberanias nacionais.

²¹⁶ *Idem.*

²¹⁷ AA.VV - KANT, Immanuel, in: *Dicionário Prático de Filosofia*. Lisboa: Ed. Terramar, 2007, p. 217.

²¹⁸ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 246.

A evolução dos fins da Democracia e a Ética da Cultura

Temos vindo a anunciar ao longo do trabalho que o movimento da *Seara Nova* dava particular relevo a uma profunda reforma das mentalidades, pois, só assim, se poderiam almejar, no nosso país, as tão desejadas transformações nos planos político, social e económico. Todavia, a intervenção cívica de Raul Proença, ilustre “seareiro”, vai mais além, pois, tal como nos diz António Reis, o autor lutou de forma devotada “por uma renovada teoria do Estado democrático, da qual teria de decorrer uma coerente política cultural.”²¹⁹ Sendo defensor de uma ética da cultura, que exige a difusão de uma política do livro, tornando-o assim acessível às massas e não somente a uma minoria privilegiada, sustentava a existência de “um ideal (...): é que todos os homens participem dela.”²²⁰ Neste sentido, escreve: “O problema verdadeiramente humano não consiste apenas em dar um alimento suficiente a toda a gente, mas, precisamente, um ócio suficiente a toda a gente, e um mínimo supérfluo, para que todos se elevem à dignidade, à nobreza, à plenitude da vida espiritual.”²²¹ Proença advoga, assim, o direito ao ócio, só alcançável através de um ideal de participação cultural. Conclui o autor que “o ócio bem entendido é o verdadeiro fim da vida humana.”²²² Vê o ócio como um fim, para o qual a humanidade se encaminhava, resultado dos progressos científicos e tecnológicos que permitiram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das máquinas.

Estes visíveis avanços que se manifestavam em todas as dimensões da vida humana, iriam permitir melhoria na qualidade de vida dos que trabalham proporcionando limitação do horário de trabalho, descanso semanal, direito às férias, entre outros. A conjugação destes vectores - progresso científico-técnico e progresso social - fazia o autor acreditar que a humanidade teria chegado a um ponto de desenvolvimento no qual o homem poderia acalantar a esperança de ter mais tempo para si e para as actividades do espírito. Neste sentido, acompanhando o pensamento de

²¹⁹ REIS, António – “Da Ética da cultura à Política do livro”. *Revista da Biblioteca nacional, Sér. 2, Vol. 1*, Lisboa, 1986/87, p.p 81.

²²⁰ PROENÇA, Raul – “Da defesa da Democracia”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 1, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 226.

²²¹ *Idem*.

²²² *Idem*.

António Reis, uma “sociedade (...) orientada para proporcionar aos seus membros tempos livres preenchidos pelas chamadas actividades de luxo, que são ainda as mais necessárias a uma vida inteiramente humana”²²³ deveria, antes de mais, levar a uma vida regida pela “busca da Verdade e da criação do Belo,”²²⁴ orientada por uma ética que apoiasse uma doutrina política que colocasse as pessoas no centro da sua acção, dando-lhe primazia sobre as coisas. Afirma depois Reis que Proença rejeitava o critério de prosperidade (embora reconhecesse e compreendesse a sua importância) como fim último da sociedade humana, defendendo, antes, “uma teoria de Estado que [erigisse] em objectivo supremo o desenvolvimento progressivo da cultura e da justiça.”²²⁵

Podemos verificar que o discurso de Proença, em relação à finalidade do Estado, é claramente dissonante das teses liberais e colectivistas da época, nomeadamente na relação atribuída por estas ao binómio trabalho/prosperidade. Ao invés, para o autor, a política deve ser direccionada para o espírito, visando o aumento das capacidades intelectuais de cada ser humano.

Assim, defende uma política cultural assente na difusão do livro, com a aspiração última de o fazer chegar às diferentes massas, considerando a actualização dos saberes um instrumento decisivo e preponderante para o progresso social e económico da nação. O aumento de conhecimentos que o livro proporcionaria, seria a alavanca necessária para combater os vícios mentais dos portugueses e consequentemente os vícios do regime republicano. Com esta política, permitir-se-ia alargar a instrução e aperfeiçoar a educação, visando, por um lado, aumentar e actualizar os conhecimentos da população, em geral pouco esclarecida e informada, e, por outro, renovar a elite intelectual do seu tempo, preparando-a para dirigir um povo que parecia moribundo, sem rumo aparente.

Era, sem dúvida, um projecto ambicioso e de alcance nacional, mas que Proença achava viável dada “a vantagem prática [do projecto] se situar no prolongamento natural da sua actividade profissional: a reforma da Biblioteca Nacional, com a transformação desta num verdadeiro centro irradiador da actividade cultural das elites intelectuais do

²²³ REIS, António – “Da Ética da cultura à Política do livro”. *Revista da Biblioteca Nacional*, Sér. 2, Vol. 1, Lisboa, 1986/87, p. 82.

²²⁴ *Idem.*

²²⁵ *Idem.*

país.”²²⁶ Sendo assim, “urgia traçar um plano de acção com prioridades claras, de molde não só a levar a Biblioteca a servir convenientemente os leitores mas também a fazê-la chegar mais longe, convertendo-a num verdadeiro centro de actividades culturais.”²²⁷

Na opinião do autor, a difusão do livro só será plena se reduzir a clivagem que existe entre as elites e as massas. Para combater esta dualidade e a todos educar, a Biblioteca terá que desempenhar um papel determinante, a par “das «universidades populares», dos «cursos para adultos», do «animatógrafo», do «teatro», do «comício», da «conferência».”²²⁸

Neste sentido, as bibliotecas populares deveriam servir de forma ímpar as necessidades do país, dando os instrumentos teóricos necessários para aperfeiçoar a prática de cada profissão, tornando os trabalhadores mais competentes, melhorando dessa forma a produtividade. O bibliotecário teria como tarefa divulgar os livros pela população, tornando-a mais culta e mais capacitada em termos profissionais. Proença considerava fundamental a criação de bibliotecas itinerantes que deveriam disponibilizar obras de formação especializadas, direccionada para as classes produtivas do país. Sem dúvida que esta aspiração de Raul Proença nos parece difícil de levar à prática, como aliás se revelou na época, mas, como nota António Reis, “no seu tempo bons frutos poderia ter dado.”²²⁹

Proença também preconizava que na instrução elementar obrigatória se introduzisse uma língua estrangeira, para tornar possível, a todos os necessitados de conhecimentos técnicos e científicos, a leitura de obras especializadas que não se encontravam disponíveis em português.

Concordamos com António Reis, quando diz que “da ética da cultura à política da difusão do livro, é o Proença idealista-realista que também aqui nos surge, solidamente agarrado a profundas ideias democráticas e ao mesmo tempo empenhado com

²²⁶ REIS, António – *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 278.

²²⁷ *Idem*, p. 280.

²²⁸ REIS, António – “Da Ética da cultura à Política do livro”. *Revista da Biblioteca Nacional*, Sér. 2, Vol. 1, Lisboa, 1986/87, p. 83.

²²⁹ *Idem*, p. 84.

insuperável coerência numa prática cultural capaz de abrir caminho à reforma das mentalidades, tanto ao nível das elites como ao nível das massas.”²³⁰

²³⁰ *Idem.*

A revolução espiritual e as elites como forma de salvação nacional

Como temos vindo a sublinhar, Raul Proença pensava que a nação só conseguirá enveredar pela via do progresso e do desenvolvimento almejado pelo republicanismo se conseguir fazer a revolução mais imperiosa de todas que é a dos espíritos, donde sairá “tudo o que for necessário, desde que (...) atinja a força, a unidade, a profundidade, a maturidade, a consciência e a eficácia que é mister.”²³¹

Defendia o autor que, sem a revolução das ideias, todas as outras revoluções seriam aventureirismos políticos, seriam um salto no desconhecido, salto esse para o qual as massas e as elites não estariam preparadas.

Naturalmente que levar a cabo um movimento espiritual com o alcance e a profundidade pretendidos, só daria os seus frutos na mentalidade tacanha dos portugueses passados longos anos. Daí ser preciso mobilizar toda a comunidade para encetar essa grandiosa missão, tentando concretizar este desafio, mesmo se assemelhando a uma quimera, sem o que o país não poderá seguir o rumo dos países mais evoluídos e civilizados.

Neste âmbito, para que a tão desejada e urgente revolução das ideias se concretizasse seria importante, defende o autor, a criação “de um grande jornal independente, combativo, fremente de vida, cheio de ideias, elaborado pelas penas mais brilhantes e audaciosas do regime, e suportado por subscrição pública entre os patriotas de todo o país – um jornal sem coleira partidária nem tutela financeira, livre, absolutamente livre, que fizesse da imprensa um sacerdócio, se constituísse em correctivo de toda a nossa vida política (...)”.²³² Sem a criação prévia deste jornal, o movimento de renovação nacional e o melhoramento do regime não passariam duma ilusão. Essa criação era muito mais importante do que qualquer agrupamento político, pois a sua acção seria marcada por uma atitude de isenção e transparência com o objectivo primordial de esclarecer a opinião pública e lutar por um regime mais justo. Grande era a sua importância pois tornava possível fazer “as revoluções na opinião pública (...) [exercendo] sobre os governos uma pressão constante e absolutamente

²³¹ PROENÇA, Raul – “Revolução e Ditadura”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 3, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 89.

²³² PROENÇA, Raul – “Revoluções”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 3, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 59.

imperativa.”²³³ Assim, evitar-se-ia que o governo governasse a seu bel-prazer sem prestar justificações aos seus cidadãos.

Este desenvolvimento das mentalidades não pode ser levado a cabo sem uma específica preparação das elites, que, embora já dotadas de meios intelectuais e técnicos, eram no entanto, segundo Proença, ainda incapazes de assumir a liderança do país. Dizia ele que o “homem de elite” se encontrava num sono profundo do qual tardava em despertar “ [imbuído] de uma moral do heroísmo, de uma moral da prática do bem.”²³⁴

Assim, era fundamental criar verdadeiras elites que funcionassem como timoneiros, capazes de terem um projecto e um rumo para o progresso económico e social da nação, que se tornassem na grande nuvem de esperança, quiçá a única, “ para que o estado político-social em que se encontrava o país pudesse vir a rejuvenescer”²³⁵ e a política fosse vista “como a mais nobre e a mais bela das ocupações do homem.”²³⁶

Estaria Proença em concordância com John Stuart Mill, para quem “a progressão humana [levava] a sublinhar a necessidade de uma liderança intelectual, de elites, (...) para refrear o impacto da política democrática?”²³⁷ Este filósofo dava também, tal como o nosso autor, particular atenção à educação das massas e das elites, considerando que se a maioria da população fosse suficientemente esclarecida, não teria dúvidas de que a democracia representativa era a melhor forma de governo.

Claro está que, para Proença, nem todo o intelectual estava capacitado para se dedicar à política. Assim, era necessário ter algumas qualidades: “apreensão viva das realidades, o que se chama vulgarmente o golpe de vista, (...), capacidade de pensamento no abstracto e no concreto; possibilidade de ver claro numa situação emaranhada, confusa e na aparência inextricável; absoluto desinteresse; perfeita sinceridade de consciência; independência de todos os partidos; coragem moral absoluta.”²³⁸ O intelectual que se dedica à política tem que ter certa finura que lhe

²³³ PROENÇA, Raul – “Revoluções a que se desobedece”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 3, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 136.

²³⁴ NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007, p. 131.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ *Idem*.

²³⁷ MORROW, John – *op. cit.* p. 166.

²³⁸ PROENÇA, Raul – “Intelectuais e política”. in: *Obra política de Raul Proença: páginas de política*. Vol. 3, Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 139.

permita acrescentar algo de positivo à causa pública, tem que possuir subtileza nas ideias. Em suma, tem que ter “uma luminosa transparência, de maneira a dissolver as nuvens de confusão que reinam no pensamento político vulgar.”²³⁹

A capacidade de olhar para os problemas políticos e decidir de forma correcta, poucos a possuem, o que implica necessariamente competência e clarividência. Estas características, que os intelectuais políticos devem possuir, é que fazem com que o político activo não possa exercer a sua função sem lhes pedir esclarecimentos e orientação, não prescindindo, na sua execução, do conhecimento e do parecer técnicos. Daí Proença considerar a hierarquia natural deste modo: intelectual político, político activo, técnico.

²³⁹ *Idem.*

Capítulo III

A actualidade do pensamento de Raul Proença

O sentido da Democracia Hoje

Volvidos quase cem anos após a edição da revista *Seara Nova*, onde Raul Proença, com a rectidão do seu carácter, teve um papel activo enquanto colaborador empenhado e diligente, muitas transformações ocorreram em Portugal e no mundo, nos planos económico, social e político. O sonho da realização social da república, através da modernização da sociedade e da reconstrução cultural do país, visando uma República mais fraterna e solidária, acabou por esmorecer, culminando com a queda da mesma. Nas fases históricas seguintes, com a ditadura militar e o estado novo, o sonho de Proença foi menosprezado, ganhando novo fulgor com a chegada do 25 de Abril e dos ideais democráticos. Na actualidade, a sua mundividência reacende-se e continua válida, como se tentará deixar claro ao longo deste capítulo.

Analisando de forma sumária o fim desse sonho, verificamos que durante o período de 1910 a 1926 várias foram as cisões sociopolíticas que minaram o regime, como bem notou José Miguel Sardica: “a «guerra religiosa» entre o Estado e a Igreja, a «guerra política» entre republicanos, de um lado, monárquicos e operariado, do outro, e a «guerra sociocultural» entre o mundo urbano e o mundo rural, na esteira do dualismo litoral-interior tão característico da dinâmica história portuguesa”.²⁴⁰

Para além destas clivagens sociopolíticas, a primeira república portuguesa foi também muito fustigada pelo infortúnio da primeira Guerra Mundial, que tolheu a oportunidade de afirmação dos ideais republicanos: estes fracassaram na tentativa de modernizar o país e afirmar a nossa posição no mundo, também ele em acelerada mudança. Acresce o perigo que o pós-guerra protagonizou, originando o desencadear de posições totalitárias.

Assim, a primeira república nunca foi um regime estável e pacífico, desde a sua implantação, nunca foi verdadeiramente aceite por um grupo de privilegiados que se sentiam protegidos e confortáveis com uma monarquia que tinha a aparência de ser um regime liberal, mas, na realidade, tal não acontecia, pois ocultava um sistema de interesses que desvirtuavam a finalidade da política.

Perante tantas adversidades (sem esquecer a gripe pneumónica que vitimou muitos portugueses), tornou-se insuportável lidar com o regime. Como escreveu José

²⁴⁰ SARDICA, José Miguel – *op. cit.* p. 33.

Miguel Sardica, “ameaçado à direita, pelo espectro da contra-revolução, e à esquerda, pelo espectro da revolução social, o regime republicano revelou uma tendência para o autofechamento semelhante ao processo autofágico que fizera já implodir a monarquia constitucional.”²⁴¹

Deste modo, o regime encontrava-se «doente» e na primeira metade da década de 1920 poucos eram aqueles que acreditavam na sua salvação. O fim estava anunciado, a questão era unicamente a de saber quando se daria o seu término. Foram dezasseis anos em que “o sentimento público tinha mudado diametralmente: muitos dos que tinham aplaudido a democracia de 1910 ansiavam agora por «ordem», «disciplina», «segurança», «estabilidade», «autoridade», «hierarquia», etc.”²⁴²

Dada a ênfase colocada nestas ideias, que denotam uma solução autoritária, considera o mesmo autor que o que a maioria da população ambicionava era “não um novo sidonismo, mas algo mais duradouro, que evidentemente, promovia, na opinião pública, a imagem das forças armadas e da sua procurada intervenção como «último bastião da ordem contra o caos que assolava o país.»”²⁴³

É evidente que durante a curta existência da primeira república nem tudo foi negativo. Um dos seus grandes triunfos, tal como nos diz Vitorino Magalhães Godinho, foi “a aposta na Educação e na instrução superior,”²⁴⁴ com a criação de vários Institutos e Universidades. Mas, acrescenta o mesmo autor, “não basta criar as instituições, é preciso que haja pessoas para as alimentar.”²⁴⁵ Além do mais, continua Godinho, um dos maiores insucessos da primeira república, terá sido “a evolução dos partidos políticos para centros de intrigas, com programas muito fracos,”²⁴⁶ como aliás evidenciou atempadamente Raul Proença. No entanto, Godinho chama a atenção para o facto de, apesar do fracasso da primeira república, “no ideário de 1910, Pátria aparece sempre associada à República. Esta é uma forma de Estado, mas é também uma forma de

²⁴¹ *Idem.*

²⁴² *Idem*, p. 48.

²⁴³ *Idem.*

²⁴⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães – “O sonho de um país moderno”. *Jornal de Letras*. Número 1044, Outubro, 2010, p. 9.

²⁴⁵ *Idem.*

²⁴⁶ *Idem.*

sociedade construída sobre a cidadania e em que o povo tem acesso à civilização moderna, caracterizada pelo espírito científico e pela livre criação artística.”²⁴⁷ Porém, a primeira república acabou por não resistir aos seus contratemplos, sucumbindo. Um conjunto de forças provenientes dos mais diversos quadrantes da sociedade começaram a emergir: “nacionalistas, católicos, monárquicos, simpatizantes do fascismo, integralistas, republicanos conservadores, liberais cépticos, forças vivas da alta finança, indústria e agricultura e até sensibilidades do operariado urbano à esquerda do partido democrático,”²⁴⁸ todos eles apresentando-se unidos em torno do mesmo objectivo: “a destituição da demagogia republicana e a restauração da ordem e da paz social, como caminhos para a regeneração nacional.”²⁴⁹

Desta forma, chegava ao fim a primeira república, instaurando-se a ditadura militar (1926 – 1933), por um período transitório, que havia de abrir e preparar caminho para a hegemonia de Salazar e a implementação do Estado Novo (1933 – 1974).

O projecto ideológico do salazarismo passava pelo objectivo da «regeneração nacional», era um ideário, como refere J. M. Sardica, “antiliberal, nacionalista, imperialista e corporativo, baseado num «Estado Forte» e num entendimento tradicionalista e moralizador da sociedade e das mentalidades.”²⁵⁰ Salazar tinha uma peculiar visão da política, caracterizando-se por ser conservadora e ordeira, movida por valores tradicionais, tendo como lema principal «Deus, Pátria e Família», com o slogan adicional e orientador de «Tudo pela Nação, nada contra a Nação.»²⁵¹

Sem entrarmos em detalhe na caracterização da velha sociedade patriarcal e masculina defendida por Salazar, urge dizer, no entanto, que essa sociedade tacanha e opressiva teve contributos decisivos de alguns organismos proeminentes que caracterizaram o Estado Novo, com particular destaque para a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), pela forte e apertada censura exercida sobre todos aqueles que ousassem atentar sob que forma fosse contra o regime. Acresce ainda que este

²⁴⁷ *Idem*, p. 10.

²⁴⁸ SARDICA, José Miguel – *op. cit.* p. 55.

²⁴⁹ *Idem*.

²⁵⁰ *Idem*, p. 61.

²⁵¹ *Idem*, p. 62.

regime, fascista para alguns historiadores e apenas autoritário para outros, criado pelo Estado Novo, foi sem dúvida um regime extremamente fechado, tal como a sua máxima «Orgulhosamente Sós» indicava, e com uma obsessão colonial que fez com que milhares de militares portugueses perdessem a vida em três frentes de combate.

Com o tempo, esta velha sociedade deu lugar a uma outra que começava a emergir, formada por uma juventude sedenta de novos valores, com a ambição de criar uma sociedade menos discriminatória entre sexos e mais equilibrada. Foram precisamente estes jovens que despoletaram as crises académicas de 1962, em Lisboa, e de 1969, em Coimbra.

As próprias forças armadas, tal como opina José Miguel Sardica, “cansadas de lutar numa guerra que muitos consideravam invencível no puro plano militar, começaram igualmente a expressar descontentamento em público (...).”²⁵² E acrescenta: “Até as grandes forças vivas – financeiros, «capitães» da indústria, empresários -, apercebendo-se de que era a Europa, e já não as províncias africanas, que servia de principal parceiro da economia portuguesa, apareceram a secundar o sentimento lógico generalizado de que não havia um fundamento lógico para o arrastamento da guerra, particularmente se se considerar que a mesma desviava a mão-de-obra e recursos financeiros que eram indispensáveis para o desenvolvimento interno do país.”²⁵³ Assim, as forças armadas começam a posicionar-se ao lado das forças revolucionárias, quando percebem que a política colonial já não fazia sentido, o rumo a seguir passava pela abertura à Europa, colocando acima da visão redutora dos patriotismos, o amor da humanidade e da justiça.

Com o regime salazarista imbuído de polémica, Salazar morre, em Setembro de 1968, vítima de um acidente vascular cerebral. Assume o exercício do poder político, Marcelo Caetano, intitulado a sua acção governativa de «renovação na continuidade». Sem querer abandonar o regime que herdara, implementou, no entanto, algumas mudanças, nomeadamente suavizando a censura. Impunha-se uma ruptura com o passado ditatorial que tantas lacunas deixou na nossa sociedade em termos sociais, culturais e políticos, tornando-a uma massa amorfa de cidadãos desinformados e limitados na sua esfera de acção, não intervindo nem participando livremente nos assuntos públicos.

²⁵² *Idem*, p. 103.

²⁵³ *Idem*.

Porque a mudança era vista e aceite como necessária, os diversos agentes dos mais variados quadrantes da cena sociopolítica começam a organizar-se na tentativa de derrubar o regime vigente e fazer revolução. Assim, criou-se o movimento das forças armadas (MFA) em 1973, que, na madrugada de 25 de Abril de 1974, tomou conta do poder, ocupando todos os edifícios que tinham responsabilidade na governação, bem como edifícios militares e órgãos de comunicação social (televisão e rádio) em Lisboa. Apercebendo-se do perigo que corria, o isolado e desprotegido Marcelo Caetano é obrigado a refugiar-se no Quartel do Carmo onde entregou o poder.

Chegava o tempo da transformação, da adesão a valores universais que estiveram na génese das modernas sociedades democráticas ocidentais, tais como a igualdade e a liberdade, fundamentais para a criação de uma sociedade justa. O MFA apresentou-se com o objectivo primordial de conceder horizontes de esperança aos cidadãos e uma melhoria nas suas condições de vida. Consequentemente, este momento histórico carregado de simbolismo, o 25 de Abril, revelou-se, tal como nos diz Rui Bebiano, num “processo de transfiguração do país”²⁵⁴ sendo descrito como a «Revolução dos Três D» (Democratizar, Descolonizar, Desenvolver).

Acentua o mesmo autor que “este [tem sido] o fundamento comum dos projectos políticos com os quais nos confrontámos por mais de três décadas e meia.”²⁵⁵ Mas adverte: “ a expressão pode parecer hoje algo redutora por não englobar as enormes mudanças que estavam para ocorrer no campo da vida privada, das relações de trabalho e das práticas culturais, mas não deixa de verbalizar princípios programáticos e uma linha de rumo que cruzaram os anos e os diferentes governos.”²⁵⁶ E explicita: “Democratizar supunha assim abrir a gestão da coisa pública e do colectivo à voz e à vontade livremente expressa dos cidadãos, o que até ali era impossível. Descolonizar significava alijar o fardo da ideia de império e de domínio dos povos colonizados, o que até ali era impraticável. Desenvolver impunha encontrar e expandir novos ritmos para a criação de riqueza e o bem-estar das populações o que não constava das perspectivas do

²⁵⁴ BEBIANO, Rui – “25 de Abril”. *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p 15.

²⁵⁵ *Idem*.

²⁵⁶ *Idem*.

velho «país habitual», idealizado por Salazar como quieto, naturalmente desigual e indiferente às tentações da vida moderna.»²⁵⁷

O último momento que se nos afigura fulcral para entendermos a distância temporal e as diferenças sociopolíticas do tempo em que viveu Proença dos dias de hoje, é indiscutivelmente a entrada ou adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, passando “o ser de Portugal (...) gradualmente a confundir-se e a identificar-se com o ser da Europa, existindo animado dos mesmos fracassos, virtudes e desafios da restante Europa.”²⁵⁸

Este momento de aproximação de Portugal à Europa, ligando-nos aos países mais desenvolvidos, tinha como finalidade interna tornar Portugal um país moderno e civilizado, capaz de criar uma sociedade menos desigual e mais humana, onde todos os cidadãos pudessem ser tratados com a dignidade que lhes é intrínseca. Revela ainda desde a sua génese dois aspectos distintos: por um lado, o país perdeu identidade, cultura própria, o estado e a nação perderam soberania; por outro lado, ganhou prosperidade juntando-se aos países europeus mais desenvolvidos.

²⁵⁷ *Idem.*

²⁵⁸ REAL, Miguel – *op. cit.* p. 667.

O Igualitarismo e a questão da Justiça

Se nos detivermos sobre a visão que actualmente tem vindo a predominar no mundo contemporâneo, constatamos a defesa, na linha de Francis Fukuyama, de uma ideologia que crê serem as democracias liberais fruto de uma coerente e direccionada história da humanidade, afirmando esse autor que “os princípios liberais na economia - o «mercado livre» - alastraram e conseguiram produzir níveis e prosperidade material sem precedentes.”²⁵⁹

Por conseguinte, após a queda do regime comunista e o desmantelamento da União Soviética, os neoliberais convenceram-se que o capitalismo é o sistema que melhor serve a humanidade, pois é o único que, segundo eles funciona razoavelmente bem. Esta ideia é suportada por uma filosofia neoliberal, que tem como representante máximo o norte americano Robert Nozick que defende, entre outros aspectos, a existência de um «Estado mínimo» que deixe a economia operar livremente, sem a regular.

Mesmo dando como adquirido o tópico de Fukuyama de que esta economia, baseada no «mercado livre», produziu níveis de prosperidade sem precedentes, não podemos também deixar de salientar que a lógica neoliberal que impera, sobrevalorizando excessivamente o *eu individual*, faz tábua rasa das desigualdades sociais cada vez mais gritantes nas sociedades democráticas ocidentais. Por isso, este modelo económico pode e deve ser questionado, com o intuito de o melhorar e poder corrigir os seus excessos, particularmente nas suas selvagens formas de actuação.

Porque Proença foi um autor que sempre teve grandes preocupações sociais, a sua obra torna-se imprescindível nos turbulentos dias que vivemos. Foi uma obra política, lúcida e esclarecedora, que nos deixou o legado de ter lutado arduamente - até ao fim das suas forças físicas e mentais - contra a sociedade desigual e injusta em que viveu. Proença, contrariamente ao que se verificava na prática, defendeu sempre uma sociedade mais igualitária, que tivesse em consideração os direitos e os deveres entre cidadãos e que se traduzisse numa equivalência de dignidade atribuída a cada um.

Se analisarmos e compararmos o caso da realidade portuguesa, verificamos que alguns dos problemas existentes na organização e estruturação da sociedade, por altura da primeira república, e sobejamente apontados pela consciência crítica de Proença, perduraram no tempo, revelando ser problemas estruturais da nossa própria organização

²⁵⁹ FUKUYAMA, Francis – *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007, p. 14 – 15.

democrática. Assim, as questões suscitadas pelo autor e a sua incisiva intervenção cívica, revestem-se hoje de uma importância crucial.

Claro e conciso na defesa de uma sociedade baseada na justiça e não no privilégio, o autor do nosso estudo considerava coerentemente que o nascimento não deveria ser tomado em consideração na hora de aceder a cargos públicos. Ao estudarmos a sua obra, constatamos que combateu, de forma vigorosa e lúcida, as desigualdades sociais, o que leva a designá-lo igualitarista, como já foi mencionado. Seguramente que não se tratava de um igualitarismo absoluto, mas, sim, um igualitarismo consciente das diferenças entre os homens, ao nível das aptidões e dos talentos.

Um conceito central quando nos debruçamos sobre uma sociedade que pretenda ser mais igualitária, logo mais democrática, é claramente a ideia de justiça. Como vimos, Proença não duvidava disso, tal como, hoje, John Rawls, que defende ser a justiça o principal pilar de uma sociedade democrática.²⁶⁰

Segundo este autor, toda a sociedade humana caracteriza-se tanto pela harmonia como pelo conflito. Harmonia, porque os homens tiram mais proveito vivendo juntos e cooperando uns com os outros do que vivendo isolados. E conflito, porque a cada um deles interessa avidamente assegurar uma parte dos frutos da colaboração social tão ampla quanto possível. Reconhecendo Rawls, como aliás o fizera Proença, que a sociedade é por natureza desigual, o combate das desigualdades exigia tornar exequíveis princípios de justiça equitativos a serem exigidos ou cobrados aos mais talentosos, que teriam de abdicar conscientemente de certos privilégios e vantagens materiais, em favor dos socialmente menos favorecidos.

Seguindo a mesma ordem de ideias, outro pensador contemporâneo - o norte-americano Michael Walzer - defende de forma inequívoca a existência de uma sociedade justa, tomando a justiça mais como “princípio estruturante da acção”²⁶¹ do que como conceito teórico. Este mesmo autor, com uma consciência social bastante vincada, considera que uma sociedade justa deve ser “fiel aos seus significados sobre o

²⁶⁰ Veja-se a importante obra de John Rawls, desenvolvida em Harvard, que reacendeu o debate em torno das ideias políticas, a partir de inícios dos anos 70 do século passado, contribuindo para que ele se tornasse um dos maiores pensadores do seu tempo: RAWLS, John – *Uma teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

²⁶¹ ESPADA, João Carlos / ROSAS, João Cardoso – *Pensamento Político Contemporâneo – Uma Introdução*. Lisboa: Bertrand Editora, 2004, p. 136.

que são, como são e devem ser distribuídos os bens comumente partilhados”²⁶²e também que “o objectivo do igualitarismo político é uma sociedade livre da dominação.”²⁶³No entanto, este ideal de sociedade torna-se difícil de aplicar na prática, pois reparamos que aqueles que têm poder e influência em determinada área, não podem deixar de exercer essa influência sobre os demais, condicionando-os na sua esfera de acção. Ora condicionar é já dominar.

Tal como agora Michael Walzer, Proença defendia que o ideal igualitário é fundamental para os que tutelam a organização da sociedade, dado que é este ideal que nos sintoniza com o sentido de justiça e a dignidade da pessoa humana. Para concretizar este objectivo, o autor tentou conciliar o conceito de liberdade individual com o de igualdade social, problemática que tem sido recorrente desde os ideais da Revolução Francesa. Acima de tudo, o autor insurgiu-se contra as injustiças e a corrupção existentes. Sendo a mais bela ocupação do homem, a política deveria fazer um esforço sério contra a incompetência e a corrupção, pois só os que atacam estes dois «vícios» merecem a confiança da população e ostentam a credibilidade necessária para o exercício do poder político.

Quando pensamos no regime democrático, verificamos que este, desde o seu alvor, sempre foi o que melhor serviu os interesses dos cidadãos, sendo, por isso, o que maior horizonte de esperança lhes apresentou. Como noutras épocas, podemos hoje questionar qual o horizonte de esperança que a democracia actual nos apresenta.

Naturalmente, a resposta a esta questão é de extrema complexidade, dado que entramos numa era em que, como nos diz Edgar Morin, “a complexidade e a incerteza estão no horizonte.”²⁶⁴ O nosso futuro parece escapar-nos por entre os dedos, tornando-se imprevisível. A estas dificuldades, soma-se o facto de, nos dias de hoje, ser extremamente difícil exercer o poder político, dado os condicionamentos a que este está sujeito. Contudo, a complexidade de problemas com que se depara a democracia não pode ser “alibi” para pactuar e aceitar o absurdo que é o facto de, havendo ainda tanta desigualdade, tanta corrupção, tanta injustiça - passado quase um século após a divulgação do pensamento de Raul Proença - estas serem, para nosso espanto, encaradas

²⁶² *Idem.*

²⁶³ WALZER, Michael – *As Esferas da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 15.

²⁶⁴ Citado em MARTINS, Guilherme de Oliveira – Que complexidade hoje. in: *Inteligência da complexidade Epistemologia e Pragmática*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007, p. 495.

pela sociedade com excessiva naturalidade. Muito porque, como adverte Alexandre Franco de Sá, a mesma sociedade não tem a percepção clara “da desproporção entre aquilo a que se poderia chamar a dimensão formal do sistema político, por um lado, e a prática que concretiza esta mesma dimensão, por outro”²⁶⁵.

²⁶⁵ Sá, Alexandre Franco de – “Democracia”. in: *Revista XXI*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 98.

Os partidos políticos e o mau funcionamento das instituições democráticas

Tendo em conta a natureza pluralista das sociedades democráticas, os partidos políticos constituem-se como seus vectores fundamentais. No entanto, já Raul Proença alertava para o duvidoso funcionamento dos partidos, que eram tantas vezes a causa do modo perverso como se organizavam as instituições democráticas. Considerava ele que as elites eram geralmente impreparadas para exercer o poder, dado que não se entregavam à causa pública com a finalidade de servir o país e alcançar o bem comum; contrariamente, assimilavam a psicologia partidária sobretudo para tratar dos seus interesses pessoais, esquecendo os colectivos não encarando a política com o sentido de estado e a seriedade que ela requer. Os partidos não deixavam, assim, de ser o reflexo de uma sociedade pouco esclarecida, na sua maioria analfabeta e com uma mentalidade tacanha.

Nos dias de hoje, apesar dos esforços educativos, que proporcionaram maior instrução à população e uma actualização dos conhecimentos, continuamos a verificar a existência de um «vazio de saber», relativamente aos assuntos políticos, que se reflecte em cidadãos muito pouco empenhados civicamente. É que, concordando com José Gil - e certamente Proença não o desmentiria - “quanto melhor conhecermos o funcionamento da democracia, quanto mais for partilhado esse conhecimento, mais possibilidades teremos de participar e aceitar uma prática democrática.”²⁶⁶ Efectivamente, para o florescimento de uma comunidade mais justa e humana, capaz de criar uma sociedade decente e ordenada, os cidadãos devem ser mais esclarecidos, devem ser mesmo «animais políticos» no sentido aristotélico do termo, interessando-se e participando nos assuntos da «polis».

Se à ignorância dos governados juntarmos a ignorância dos que governam, estamos perante um «cocktail» explosivo. A este respeito, Manuel Maria Carrilho refere que “o cocktail do poder com a ignorância – que tem sido frequentemente servido em Portugal – é sempre, como Maquiavel sabiamente sublinhou, o mais fatal de todos, seja qual for a época ou o país em que ocorra.”²⁶⁷

Raul Proença também alertava para o facto da maioria dos membros partidários, demasiado ligados a clientelismos para alcançar os seus interesses particulares, se

²⁶⁶ GIL, José – *Portugal, Hoje O medo de Existir*. Lisboa: Ed. Relógio d' Água, 2004, p. 36.

²⁶⁷ CARRILHO, Manuel Maria – *E Agora? Por uma nova República*. Porto: Sextante Editora, 2010, 105.

servirem da república e não a servirem, desonrando-a. Este discurso de Proença é de uma premente actualidade. Hoje, os interesses das clientelas partidárias continuam a desvirtuar o normal funcionamento das instituições democráticas criando, tal como lembra António Barreto, uma sociedade “pouco aberta e muito centralizada, [sendo] raro exprimirem-se na vida pública pontos-de-vista isentos, independentes dos interesses do Governo e dos partidos.”²⁶⁸

Posto isto, tal como mostra Alexandre Franco de Sá, “em vez de politizar a sociedade e de mobilizar politicamente a cultura, a arte e a educação, a democracia portuguesa carece antes de encontrar soluções ao nível da própria democracia representativa.”²⁶⁹ E acrescenta: “Ela precisa não apenas de se complexificar, libertando-se do monopólio da representação política por uma elite partidária fechada sobre si mesma, mas sobretudo de fazer com que tal complexificação seja a expressão de um mundo político verdadeiramente plural, aberto ao confronto e ao risco de tudo o que é novo e imprevisível.”²⁷⁰

Decorrido quase um século desde o momento em que Raul Proença colocou em evidência o mau funcionamento e a promiscuidade existente nos partidos políticos, verificamos que o seu discurso é de uma indiscutível actualidade. Assim, estes devem tentar recuperar a credibilidade de que necessitam para garantir o normal funcionamento do sistema democrático. Nessa busca, não têm que recear. Aliás, afigura-se fundamental, no actual quadro, uma abertura à sociedade, um conhecimento verdadeiro das necessidades das diferentes regiões e dos seus cidadãos. Acresce – e isto é crucial – que os partidos devem ter a capacidade de se reinventarem através de ideias realistas e inovadoras, para dessa forma, poderem recuperar o reconhecimento de que necessitam junto dos cidadãos.

Em suma, tal como nos diz Manuel Maria Carrilho, que não difere praticamente nada do que Proença nos disse, os partidos políticos têm “que voltar a ser agentes de uma verdadeira oferta política: de valores e de desígnios, de propostas e de ideias.”²⁷¹ Face à turbulenta vida partidária e às evidentes fragilidades dos nossos partidos

²⁶⁸ BARRETO, António – *Os Silêncios do Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 126.

²⁶⁹ Sá, Alexandre Franco de – *op. cit.* p. 100.

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ CARRILHO, Manuel Maria – *op. cit.* p. 106.

políticos, é sem estranheza que constatamos o afastamento e a indiferença por parte da população portuguesa face aos partidos e às instituições democráticas.

A Consciência Supranacional

Muito à frente do seu tempo, Raul Proença percebeu que a democracia deveria reconhecer as particularidades de cada nação, entendendo as suas diferenças socioculturais, não de um modo redutor, como defendiam os nacionalistas, antes submetendo-as à afirmação dos valores humanos universais. Consequentemente, recriminava com veemência os patriotismos fanáticos, movidos pela defesa de nacionalismos exacerbados. A este respeito, refere António Barreto que, “no cômputo global, os nacionalismos europeus legaram um passivo medonho: regimes ditatoriais, sociedades fechadas e guerras são suas frequentes consequências.”²⁷²

Apesar do rastro de destruição provocado pelos nacionalismos extremistas europeus, a verdade é que, tal como nos diz Victoria Camps, vivemos tempos “de desintegração ideológica e debilidade política,”²⁷³ o que faz com que movimentos extremistas radicais de índole nacionalista comecem a ganhar novo fulgor, reaparecendo na cena sociopolítica. Isto porque a desorientação e a ambiguidade do nosso tempo, faz com que «velhos fantasmas» regressem, apelando à força do sentimento como veículo para unir vontades, numa Europa que parece estar em desagregação.

Como já referenciámos, a Comunidade Económica Europeia garantiu maior prosperidade económica aos seus membros, retirando-lhes soberania nacional. A perda de soberania, em épocas de crise como a que vivemos actualmente, coloca a velha questão, referida por Proença, dos nacionalismos, já que se traduzem muitas vezes na vontade de autodeterminação. Porém, convém não esquecer que o nacionalismo não se guiando por valores universais, “pode justificar o domínio de um Estado ou de um povo sobre outros”²⁷⁴, como diz António Barreto, acentuando mesmo “[ser] frequente que o imperialismo tenha um fundamento nacionalista.”²⁷⁵

Na sua obra *Silêncios do Regime*, este autor também menciona que são difíceis as definições de nacionalismo, já que não são ideologicamente nem de esquerda, nem de direita. O que está em causa, diz-nos ele, “não é a consciência da realidade do carácter

²⁷² BARRETO, António – *op. cit.* p.p. 35 – 36.

²⁷³ CAMPS, Victoria – *Paradoxos do individualismo*. Santa Maria da Feira: Ed. Relógio D’Água, 1996, p. 122.

²⁷⁴ BARRETO, António – *op. cit.* p. 39.

²⁷⁵ *Idem.*

nacional, nem orgulho nela, como não é a identificação da história de um povo.” O que realmente salta à vista, segundo ele, e que vai de encontro ao pensamento dos nacionalistas criticados por Proença “é a crença na missão única de uma nação, como sendo intrinsecamente superior aos fins atribuídos de tudo o que está fora dela,”²⁷⁶ na linha do que também defendeu Isaiah Berlin.

Proença, homem de uma avultada consciência cosmopolita, verdadeiro cidadão do mundo, defendia que as nações não se podiam reduzir à sua singularidade, ideia que, nos dias de hoje, ganha ainda mais acuidade. Por isso, era acérrimo defensor de uma união entre estados da Europa, união que seria garante de paz, desde que fundada sob o valor da solidariedade. Esta entreajuda entre estados melhoraria as relações bilaterais entre os mesmos e, conseqüentemente, a vida dos seus cidadãos. Esta união teria que ser pensada em termos políticos, criando uma autoridade supranacional capaz de mediar e regular os conflitos. Os por ele denominados *Estados Unidos da Europa* só fariam sentido se contemplassem uma ordem jurídica e um exército europeus.

Como sabemos, a partir dos anos cinquenta iniciou-se a construção do que é hoje a União Europeia, a qual não se efectivou como Raul Proença pensara, dado que se criou uma união entre estados sem que a tal correspondesse uma união política – uma federação - pois não houve uma transferência de poder dos estados membros para um governo central.

Sem querer entrar em detalhe no que respeita à união monetária, dado não ser esse o objectivo desta dissertação, convém dizer, no entanto, que com a criação da zona euro não se equacionaram respostas capazes de responder a possíveis crises. O resultado é que países com economias débeis, como a de Portugal, que de uma moeda fraca passaram a ter uma moeda forte, não a podendo desvalorizar em épocas de crise, “só lhes resta acatar a ortodoxia monetarista, que impõe o sacrifício do crescimento económico, o aumento do desemprego [- principal flagelo da nossa sociedade -], a privatização das empresas públicas, a redução do investimento público, o congelamento de salários e a anulação dos direitos sociais dos trabalhadores.”²⁷⁷

Quiçá tudo pudesse ser diferente se a União Europeia desde a sua fundação fosse hasteada sobre uma verdadeira união política entre estados, tal como ambicionava Raul

²⁷⁶ *Idem.*

²⁷⁷ NUNES, António Avelãs – “Uma leitura da crise actual do capitalismo”. in: *Revista Vértice*. II série, Janeiro – Fevereiro, 2011, p. 35.

Proença, sem esquecer que essa união, para ser verdadeiramente democrática, deveria legitimar o poder através eleições europeias, nas quais os cidadãos dos diferentes estados seriam chamados a pronunciar-se.

A Revolução espiritual e a crise de valores

Vendo a apatia em que a sociedade da época estava mergulhada - uma elite política impreparada para exercer o poder e uma população pouco esclarecida e informada, - Raul Proença apelava com urgência que se fizesse a revolução mais imperiosa de todas, ou seja, a revolução dos espíritos.

Apesar de terem passado longos anos e das mentalidades terem evoluído, fruto das transformações sociais e políticas que ocorreram durante todo o século XX, constatamos no entanto que essas transformações originaram uma sociedade em que o único valor que impera é o individualismo. Assim sendo, estamos perante uma grave crise que é económica e financeira, mas também é uma crise de valores. À recessão económica, juntou-se, agravando ainda mais os problemas, uma recessão cultural.

Por conseguinte, se quisermos devolver a credibilidade às instituições democráticas, que se colocam ao serviço dos grandes grupos económicos, esquecendo que em democracia elas devem estar ao serviço e ao dispor dos cidadãos, é fundamental inverter o rumo das políticas, ou seja, alterar o modelo de desenvolvimento que nos conduziu até esta crise. Por isso, é fundamental tornar o mundo mais humano, assentando a política em princípios éticos universais, não dando assim excessiva importância ao peso das ideologias, que, não raras vezes, se revelaram demasiado funestas.

Toda a crise social é acompanhada por uma sensação de perda de sentido. Deixamos de saber responder a questões decisivas postas por uma sociedade que pretenda alcançar objectivos como sejam o desenvolvimento, o bem-estar, etc.. Impõe-se, então, tomadas de decisão, pelo que é necessário fazer escolhas.

Consequentemente, a questão da revolução espiritual que Proença alegava, torna-se hoje de uma grande actualidade, embora envolta de um contexto completamente distinto. Tal como então, precisamos de uma inversão de rumo e isso passa necessariamente por uma mudança de mentalidades.

Na realidade, vivemos num tempo imprevisível, não existem políticas de longo prazo, os próprios governantes, tão criticados por Proença na primeira república pela incapacidade de responder aos problemas, continuam ainda muito aquém dos desejos e anseios da população. Aos cidadãos não basta saber o «porquê» de se tomarem

determinadas medidas, é também importante saber «para quê» se fazem as coisas. E é neste «para quê» que se deve vislumbrar um projecto, um rumo, uma luz ao fundo do túnel.

Como refere Daniel Innerarity, “boa parte dos nossos mal-estares e da nossa pouca racionalidade colectiva provém de que as sociedades democráticas não mantêm boas relações com o futuro”²⁷⁸, o que explicita dizendo que “todo o sistema político, e a cultura em geral, se debruça sobre o presente imediato e porque o nosso relacionamento com o futuro não é de esperança e projecto mas de precaução e improvisação.”²⁷⁹ Estas palavras poderiam ter sido proferidas por Proença, bem conhecedor da desorganização e da falta de um desígnio a que assistia a sociedade da primeira república.

Tal como na primeira república, que, incapaz de se aglutinar em torno de um objectivo comum, caiu em descrédito, também hoje “vivemos num mundo descrente. Faltam valores que relacionem e agreguem as vontades humanas, que nos aglutinem em torno de ideais. Acabaram-se as religiões que davam sentido ou resposta às perguntas mais inadiáveis. Acabaram-se também as ideologias políticas que alimentavam a esperança em mundos melhores (...).O único valor que sobrevive a uma visão tão catastrófica como difícil de combater é o individualismo. O individualismo que se manifesta, mais do que no egoísmo puro e duro, na extensa mas monótona série de sectarismos, tribalismos, corporativismos que não nos permitem olhar o outro.”²⁸⁰ Daí assistirmos a um recrudescer de movimentos extremistas e nacionalistas, tão ferozmente já atacados por Proença.

No sentido de lidar com tais dificuldades e combater as diversas formas de alienação do indivíduo na sociedade actual, são importantes as palavras de Enrique Rojas - com o qual concordaria certamente Raul Proença, dada a sua rectidão de carácter – quando diz: “frente à cultura do instante está a solidez dum pensamento humanista; frente à ausência de vínculos, o compromisso com os ideais. É necessário superar o pensamento débil com argumentos e propostas suficientemente atractivas para o homem, de forma a possibilitar que este eleve a sua dignidade e as suas pretensões.”²⁸¹

²⁷⁸ INNERARITY, Daniel – *O Futuro e os seus inimigos*. Alfragide: Ed. Teorema, 20011, p.p 9-10

²⁷⁹ *Idem*.

²⁸⁰ CAMPS, Vitoria – *op. cit.* p.p 73 – 74.

²⁸¹ ROJAS, H – *O homem light, uma vida sem valores*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1994, p.p 94 -95.

Um dos principais valores que pode combater esta sociedade marcada por um consumismo desenfreado e por uma cultura do supérfluo é o humanismo - baseado numa formação moral sólida, aberta e pluralista - cujas coordenadas não devem dar prioridade ao êxito material, ao prazer, ao dinheiro. No fundo, trata-se de viver a vida tendo em conta a participação crítica dos cidadãos - ao nível cultural, cívico, político – na empenhada construção de uma nova humanidade, tão obstinadamente defendida por Proença. Urge conseguir um homem mais digno, que seja acima de tudo um ser humano mais culto, logo mais livre, e possa ser construído um mundo onde se interliguem o material, o espiritual e o cultural. O homem que não se orienta mediante estas coordenadas e procura no imediato sentir-se realizado, escolhe um caminho errado que, se a curto prazo pode parecer gratificante, a longo prazo não lhe deixa senão o vazio.

Em nosso entender, os dias de hoje, face à distorção dos valores nas sociedades contemporâneas, pedem a tal mudança de mentalidades tão cara a Raul Proença, mudança essa que faça com que os seres humanos sejam capazes de se pôr no lugar do outro e vê-lo como um «outro importante». Só assim, poderão aspirar a construir uma sociedade mais sólida num horizonte de justiça e esperança.

Quando o ser humano sentir que é tratado com a dignidade que lhe é intrínseca, então não tenhamos dúvidas que ele será bem mais participante e interessado nos assuntos da *res publica*. Até lá, há que lutar contra uma sociedade injusta e extremamente desigual que limita sobremaneira essa participação requerida, luta que não pode esquecer que a mudança de mentalidades terá que passar obrigatoriamente pela classe dominante, tão marcada pelos seus interesses.

Para levar a cabo tal tarefa, não parece haver melhor regime político que o da democracia representativa, sabendo nós que, como diz Victoria Camps, é “necessário reconhecer que é bom que [esta] se mantenha, mas com múltiplas correcções que necessitam de muitas coisas: (...) da educação em hábitos participativos, da vontade política de admitir mais participação, da imaginação para conceber novas formas de compromisso, da humildade do governante para reconhecer os seus erros.”²⁸²

No entanto, esta democracia, concordando com Proença, só pode criar uma sociedade mais civilizada, se se desenvolver de acordo com a ideologia do socialismo democrático, pois esta se baseia fundamentalmente na justiça, na igualdade de oportunidades e não no privilégio, e, não ignorando as desigualdades, persegue o intuito

²⁸² CAMPS, Victoria – *op. cit.* p. 116.

de se criar uma sociedade mais humana e igualitária, plena de cidadania e liberdade. Sendo assim, não é defensável que uma sociedade de tipo neoliberal possa ser vista como o fim da História.

Conclusão

Passados quase cem anos após a publicação da revista *Seara Nova*, na qual Raul Proença teve um contributo decisivo, enquanto colaborador activo e empenhado na árdua tarefa de evidenciar as fragilidades da democracia da primeira república, verificamos que o seu pensamento político é de extrema actualidade.

Confirma-se a razão da nossa escolha que prende-se com facto de considerarmos que o pensamento político de Raul Proença merece ser mais estudado, dado que a sua intervenção cívica foi sempre pautada por valores que tiveram em vista uma república mais solidária e humana. Por conseguinte, o autor sempre lutou pelo aperfeiçoamento da democracia, considerando que esta contribui para a humanização da sociedade, garantindo ao ser humano um tratamento mais digno.

Um dos principais objectivos desta dissertação passou pelo aprofundamento do pensamento político de Raul Proença, para tornar possível percebermos a importância capital do nosso autor no período da Primeira República, o que permitiu a tomada de consciência da sua singular personalidade e da sua determinação na persecução de causas nobres, aspirando a uma sociedade mais justa, onde valores como a igualdade e a liberdade fossem efetivamente exequíveis.

Um segundo objectivo, não menos importante, teve que ver com a análise e reflexão sobre a actualidade do pensamento do autor, tentando auscultar a partir do pensamento dele, o sentido e o valor da democracia nos dias de hoje.

Tal como Raul Proença, acreditamos ser a democracia o melhor dos regimes possíveis. No entanto, sabemos que a democracia não é um regime estático, pelo contrário, é um sistema em constante actualização, aberto e dinâmico, muito sujeita a desvios e distorções, pelo que pode e deve ser melhorada nos seus mecanismos de actuação.

Ao longo da dissertação, quisemos salientar que já Proença alertava para lacunas existentes no sistema democrático. Por isso, ao olharmos criticamente para a nossa democracia, constatamos que muitos dos problemas enunciados por Proença há quase cem anos, continuam hoje bem presentes. Daí podermos concluir que são problemas estruturais, ou sistémicos, da nossa organização democrática, o que nos leva a dizer que é necessária vontade de mudança e determinação na acção por parte das elites políticas, cuja função passa por dirigir o Estado e organizar a vida dos cidadãos, mas dizer

também estes mesmos têm de tomar consciência de que a mudança só será efectiva se contribuírem com uma cidadania activa, sem esquecer os deveres que lhes são imputados.

Cremos ter ficado claro que, para Raul Proença, a democracia é o regime, pelo menos em termos teóricos, que garante a igualdade de oportunidades aos seus membros. Por isso, o autor faz a apologia de uma sociedade mais igualitária que seja capaz de dar a cada um dos seus cidadãos aquilo que lhe compete, tendo em conta as suas aptidões.

Pensamos que a leitura deste trabalho nos dá a perceber que Proença foi severo na crítica que fez às elites políticas, em geral impreparadas para o exercício do poder político, as quais, na opinião do autor, não eram mais do que o reflexo de uma população apática, desinformada e pouco culta. Hoje, com o triunfo de uma sociedade materialista e individualista, verificamos que a política, em vez de ser, tal como o autor aspirava, a mais bela e nobre ocupação do ser humano, é um assunto de demagogos, com o único objectivo de servir as clientelas partidárias e o alargamento do seu poder. Veja-se o que noticiam os jornais, actualmente: estão emigrando todos os anos dezenas de milhares de portugueses, a maior parte com menos de trinta anos. Muitos têm habilitação superior. São cientistas, engenheiros, professores, que levam consigo a licenciatura, o mestrado, o doutoramento, pois não encontram um país que, tendo apostado na sua formação, seja agora capaz de os acolher. Ao contrário, outros, arrebanhados nas “jotas”, aprendizes do servilismo e da intriga, incapazes de pensamento próprio, vão passo a passo precavendo um futuro muito conveniente...

Assim, apraz-nos dizer que precisamos de elites políticas com um elevado sentido de estado, capazes de olhar os problemas dos cidadãos e com a perspicácia e clarividência suficientes para poder resolvê-los. Convém não esquecer que, nos dias de hoje, existe um fosso cada vez maior entre as elites políticas e os eleitorados e, o facto de vivermos numa sociedade niilista e desinteressada em relação aos assuntos políticos, faz com que os cidadãos não se sintam representados pela classe dirigente.

Para combater tamanhas aberrações no funcionamento das sociedades democráticas, Proença apelava à elevação na política e à consciência cívica do ser humano, o que vai de encontro às seguintes palavras de Sant’Anna Dionísio: “as sociedades humanas do porvir não serão, seguramente, movidas pelo falacioso intento de vulgarizar a ociosidade e o conforto (isto é: pelo móbil de satisfazer o chamado «Homem vulgar»), mas, precisamente, pelo propósito de fazer desaparecer a

vulgaridade, elevando o mais possível em todos os homens a consciência do que os deve distinguir dos demais seres.”²⁸³

Considerava ainda Raul Proença que toda a formação de ideias políticas deve ter em consideração o bem comum, pois “toda a ideologia política que não reconheça o bem comum como fundamento das instituições sociais colocar-se-ia, por isso mesmo, numa situação de inferioridade prática em relação às outras doutrinas (...).”²⁸⁴ O conceito de “bem comum”, nos dias de hoje, está pouco presente no discurso e na prática política, mas para o nosso autor é um conceito central, dado ser o garante da coesão social. Quando, por se não lhe dar importância, essa coesão é posta em causa, as estruturas do estado e o próprio funcionamento da sociedade ficam seriamente ameaçadas. Daí considerarmos que a democracia actual tem que ser repensada, reequacionando-a para que ela possa ser verdadeiramente o regime que Proença ambicionava e que todos os cidadãos realmente democratas desejam, ou seja, o regime que dê prioridade às pessoas, por forma a tornar a sua vida mais dignificante. Para o nosso autor, a ideologia que melhor serve este propósito, como aliás ficou patente ao longo desta dissertação, é uma ideologia assente num socialismo democrático, orientada no sentido humanista.

Acresce ainda o facto de vivermos numa sociedade que atravessa uma grave crise cultural, como aliás ficou manifesto no último capítulo da dissertação, que ameaça romper com os valores fundamentais que fizeram erguer as sociedades mais civilizadas. Daí ser lícito perguntar pelo modelo de sociedade que queremos construir. E é neste ponto que o sonho de Proença continua vivo, apresentando-se hoje com a capacidade de lutar contra os modelos dominantes em termos sociopolíticos e com a ambição de construir modos mais justos de viver e conviver dentro de uma mesma comunidade global, para dessa forma poder pôr cobro e não pactuar com uma sociedade onde existe tanta desigualdade, tanta injustiça e tanta corrupção.

²⁸³ DIONÍSIO, Sant’anna – *op. cit.* p. 96.

²⁸⁴ PROENÇA, Raul – “Da defesa de Democracia”. In: *Obra política de Raul Proença - Páginas de política*. Vol 1. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972, p. 256 – 257.

Bibliografia Primária

- PROENÇA, Raul – *Obra política de Raul Proença - páginas de política*. 4vol. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1972-1975.

Bibliografia Secundária

- AA.VV – “KANT, Immanuel”. in: *Dicionário Prático de Filosofia*. Lisboa: Ed. Terramar, 2007.
- AA. VV – *História da Primeira República Portuguesa*. Coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2010.
- ALVES, Ângelo – “Ditadura”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 1, 1992.
- ANTUNES, M – “Política”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992.
- ARAÚJO, Luís de – “o repto da ética”. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional, *Antero de Quental e o destino de uma Geração*. Porto: 1991.
- AZEVEDO, Maria Da Conceição – “Teófilo Braga”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 1, 1992.
- BARRETO, António – *Os Silêncios do Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

- BEBIANO, Rui – “25 de Abril”. in: *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Edições Almedina, 2012.
- BRAGANÇA, António – *Lições de Literatura Portuguesa*. Porto: Ed. Livraria Escolar Infante, 1984.
- CABRAL, Avelino Soares – *O Realismo, Eça de Queiroz e os “Maias”*. Mem Martins: Ed. Sebenta, 2006.
- CABRAL S.J, Roque – *Temas de Ética*. Braga: Ed. Faculdade de Filosofia da UCP, 2001.
- CAMPS, Victoria – *Paradoxos do individualismo*. Santa Maria da Feira: Ed. Relógio D’Água, 1996.
- CARRILHO, Manuel Maria – *E Agora? Por uma nova República*. Porto: Sextante Editora, 2010.
- CHORÃO, Mário Bigotte – “Justiça”. in: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 3, 1992.
- DIONÍSIO, Sant’anna – *O Pensamento especulativo e agente de Raúl Proença*. Porto: Ed. Seara Nova, 1949.

- ESPADA, João Carlos / ROSAS, João Cardoso – *Pensamento Político Contemporâneo – Uma Introdução*. Lisboa: Bertrand Editora, 2004.
- FREITAS, Manuel da Costa – “Igualdade”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 2, 1992.
- FUKUYAMA, Francis – *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007.
- GIL, José – *Portugal, Hoje O medo de Existir*. Lisboa: Ed. Relógio d` Água, 2004.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – “O sonho de um país moderno”. in: *Jornal de Letras*. Número 1044, Outubro, 2010.
- INNERARITY, Daniel – *O Futuro e os seus inimigos*. Alfragide: Ed. Teorema, 2011.
- LOPES, Victor Melícias – “Democracia”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol 1, 1992.
- LOURENÇO, Eduardo – *A esquerda na encruzilhada ou fora da história (Ensaios políticos)*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2009.

- MACHADO, Álvaro Manuel – *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira – “Que complexidade hoje”. in: *Inteligência da complexidade Epistemologia e Pragmática*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- MORÃO, Artur – “Revolução”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992.
- MORROW, John – *História do pensamento Político Ocidental*. Sintra: Publicações Europa – América, 2007.
- NATÁRIO, Celeste – *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 2005.
- NATÁRIO, Celeste – *Entre Filosofia e Cultura*. Sintra: Edições Zéfiro, 2007.
- NOZICK, Robert – *Anarquia, Estado e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- NUNES, António Avelãs – “Uma leitura da crise actual do capitalismo”. in: *Revista Vértice*. II Série, Janeiro – Fevereiro, 2011.
- PIRES, António Manuel Bettencourt Machado – *A ideia de Decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada: Ed. Instituto Universitário dos Açores, 1980.

- PIRES, Celestino – “Tradição”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 5, 1992.

- PROENÇA, Raúl – *Acerca do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1964.

- PROENÇA, Raul – *O Eterno Retorno*. Lisboa: Ed. Biblioteca Nacional, 1987.

- PROENÇA, Raúl – *Polémicas*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1988.

- QUENTAL, Antero de – *Causas da Decadência dos povos Peninsulares*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2008.

- QUENTAL, Antero – [...] “Tendências Gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX.” Lisboa: Co- Editores, Editorial Comunicação e Universidade dos Açores, 1991.

- RAWLS, John – *Uma teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

- REAL, Miguel – *O Pensamento Português Contemporâneo 1890 – 2010*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011.

- REIS, António – *Raul Proença: Estudo e antologia*. Lisboa: Alfa, 1989.

- REIS, António – *Raúl Proença, Biografia de um intelectual político republicano*. Vol. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.
- REIS, António – “Da Ética da cultura à Política do livro”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Sér. 2, Vol. 1, Lisboa: 1986/87, p.p 81-84.
- RIEMEN, Rob – *O Eterno Retorno do Fascismo*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro – “Socialismo”. in: *Logos - Enciclopédia Luso- Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol 4, 1992.
- ROJAS, H – *O homem light, uma vida sem valores*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1994.
- ROSAS, João Cardoso (Org.) – *Manual de Filosofia Política*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- Sá, Alexandre Franco de – “Democracia.” in: *Revista XXI*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- SANTOS, Fernando Piteira – “O Pensamento Social e Político de Jaime Cortesão e Raul Proença”. *Revista da Biblioteca Nacional*, Sér. 2, Vol. 1, Lisboa: 1986/87, pp. 85-104.

- SARDICA, José Miguel – *O século XX português*. Alfragide: Texto Editores, 2011.

- SAVATER, Fernando – *Convite à Ética*. Lisboa: Ed. Fim de Século, 1995.

- Seara Nova – *Antologia: I – II – Pela reforma da República (1921 – 1926)*. Vol 1 – 2. Org. Sottomayor Cardia. Lisboa: Seara Nova, 1971 – 1972.

- TEIXEIRA, António Braz – *Conceito e Formas de Democracia em Portugal*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

- TEIXEIRA, A. Braz – “Raul Proença”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 4, 1992.

- TEIXEIRA, Joaquim de Sousa – “Liberdade”. in: *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Ed. Verbo, Vol. 3, 1992.

- WALZER, Michael – *As Esferas da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

- WARBURTON, Nigel – *Elementos Básicos de Filosofia*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2007.